



ATA DA 165ª REUNIÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA

Aos 25/02/2015, sob a presidência do Senhor Secretário Adjunto Ricardo Figueiredo Brandão, realizou-se a 165ª Reunião Plenária Ordinária do Conselho Municipal do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável - CADES, convocada com a seguinte Pauta:

Expediente:

1. Discussão e votação da Ata da 164ª Reunião Plenária Ordinária do CADES.
2. Posse da senhora **Elizabeth Lourdes Avelino**, como conselheira titular, representante do Departamento de Planejamento Ambiental – DEPLAN, da SVMA.
3. Posse da senhora **Érika Valdman**, como conselheira suplente, representante do Departamento de Controle da Qualidade Ambiental, DECONT, da SVMA.
4. Indicação de conselheiro titular e suplente como representante do Conselho Municipal do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável no Fundo Municipal de Saneamento Ambiental.
5. Sugestões para inclusão na pauta desta reunião.

Ordem do dia:

1. Exposição sobre “Alerta para Inundação em São Paulo – Prevenir e Minimizar” pelo Engº Hassan Mohamad Barakat do Centro de Gerenciamento de Emergência da Secretaria Municipal de infraestrutura Urbana e Obras
2. Exposição sobre o Plano Municipal de Conservação e Recuperação da Mata Atlântica, pela Sra. Alice Maria Calado Melges da Divisão Técnica da Unidade de Conservação, Proteção da Biodiversidade e Herbário.
3. Sugestões para Pauta da próxima reunião e Assuntos Gerais

Anexos:

- Ata da 164ª Reunião Plenária Ordinária do CADES.



Coordenadora Geral Claudete V. de Carvalho: Bom dia a todos, Conselheiros e Conselheiras. Vamos dar início à 165ª Reunião Plenária Ordinária do Conselho Municipal do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável da cidade de São Paulo. Hoje, dia 25, às 9h24. Passo a palavra para o nosso Secretário Adjunto, Ricardo Brandão.

Secretário Adjunto Ricardo Brandão: Bom dia a todas, bom dia a todos. O Secretário Wanderley Nascimento está em uma agenda externa com o Prefeito, justamente no Largo da Batata, inaugurando o que eu imagino que será um grande programa para a cidade de São Paulo, que é a instalação de mobiliário urbano, utilizando resíduos, como nós chamamos, da floresta urbana. Existe um artista chamado Hugo França que está fazendo uma doação. E essa peça está sendo instalada agora, às 10h00, lá no Largo da Batata. Então, bom dia a todos. Bom trabalho a todos nós.

Coordenadora Geral Claudete V. de Carvalho: Obrigado, Ricardo. Como não temos quorum, vamos fazer uma inversão na pauta. O primeiro ponto, que seria discussão e votação da ata da 164ª reunião plenária ordinária do CADES, nós vamos passar para o final. Então vamos para o segundo ponto, que seria a posse da senhora Elizabeth Lourdes Avelino, como Conselheira Titular, representante do Departamento de Planejamento Ambiental – DEPLAN, da Secretaria do Verde e Meio Ambiente. Seja bem-vinda, Bete. O terceiro ponto é a posse da senhora Érika Valdman, como Conselheira Suplente, representante do Departamento de Controle da Qualidade Ambiental, DECONT, da Secretaria do Verde e Meio Ambiente. Seja bem-vinda, Érika. As posses estão acolhidas, as Conselheiras considerem-se empossadas e sejam bem-vindas. O nosso próximo ponto é um informe do Parque da Conquista, a pedido do Conselheiro Ângelo Iervolino pelo senhor Nilson da Rocha Meireles, diretor de DEPAVE 5, da Secretaria do Verde. Nilson.

Nilson da Rocha Meireles: Bom dia a todos e a todas. Meu nome é Nilson. Sou Diretor do DEPAVE 5, Departamento de Parques e Áreas Verdes, e venho aqui falar que o Parque da Conquista, atualmente, ele está com uma equipe de manejo. Iniciou no dia 12/2, e a gente está dando início aos trabalhos de manejo, para que o parque fique cada vez melhor para receber a população. E na área 2 está sendo construído um campo de futebol. Já foi instalado um pequeno playground. E na área 1, a gente fez umas churrasqueiras e algumas mesas para a população utilizar. E se vocês precisarem de mais alguma informação, a gente pode conversar no DEPAVE 5, da Secretaria do Verde. Eu estou à disposição para mais esclarecimentos. Obrigado e bom dia.

Coordenadora Geral Claudete V. de Carvalho: Obrigado Nilson. Então, nós estamos aguardando quorum para fazer o primeiro ponto e o quarto ponto, que seria a indicação de membro titular e suplente, como representante do Conselho Municipal do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, no Fundo



Municipal de Saneamento Ambiental e Infraestrutura. Então passamos para o sexto ponto, que são as sugestões para inclusão na pauta desta reunião. Sugestão. Tem algum Conselheiro que tenha uma sugestão? Nenhum? Então passamos diretamente para a Ordem do Dia, na primeira exposição sobre "Alerta para Inundação em São Paulo, Prevenir e Minimizar", pelo engenheiro Hassan Mohamad Barakat, do Centro de Gerenciamento de Emergências da Secretaria Municipal de Infraestrutura Urbana e Obras. Hassan, por favor.

Hassan Mohamad Barakat: Eu gostaria de agradecer o convite feito pela Secretaria do Verde e Meio Ambiente. Gostaria de cumprimentá-los em nome do Secretário Ricardo Brandão. Meu nome é Hassan Mohamad Barakat. Sou engenheiro do Centro de Gerenciamento de Emergências da Prefeitura de São Paulo. Nós monitoramos chuva. E eu venho trazer aqui para vocês, uma apresentação do que é disponibilizado para a população e para o poder público poder agir com certa antecedência nesses momentos que trazem grande aflição para o paulistano. A partir do momento que você olha para o céu e vê as nuvens carregadas, já começa a sentir aquela palpitação. O coração já fica um pouco mais apertado, porque a gente sabe que a cidade de São Paulo, ela sofre com o problema do alagamento. Bom, eu vou procurar não me estender muito na minha apresentação, até porque vou procurar deixar isso o mais curto possível, para que eu não precise vitimá-los com as minhas informações. Mas eu tenho certeza absoluta que vocês vão gostar de boa parte do que eu vou falar. O Centro de Gerenciamento de Emergências, como já falamos, é um órgão da Secretaria de Infraestrutura e Obras. Ele é ligado à Fundação Centro Tecnológico de Hidráulica da USP, que disponibiliza os profissionais para poder fazer a leitura dos principais equipamentos e tecnologias da cidade de São Paulo. Ele faz parte, e é o start do Plano Preventivo Chuvas de Verão, que é o plano que é instalado pelo prefeito através de portaria, a partir do dia 1º de novembro até meados de abril, aproximadamente. É quando a gente tem um período chuvoso, que acontecem as chuvas intensas na cidade de São Paulo. Lamentavelmente, a gente tem sentido saudade dessas chuvas. Hoje em dia, muita gente não reclama mais, quando acontece a chuva mais intensa, ou até mesmo alagamento na cidade de São Paulo, dada a questão da crise hídrica. Bom, a gente sabe que a chuva, ela acontece na cidade de São Paulo por uma série de razões. Nós estamos privilegiados. Primeiro porque a nossa ação, enquanto moradores, e todo paulistano em geral, desde o serviço público até aquele menorzinho, que mora lá na parte mais periférica da cidade de São Paulo, ele tem uma relação com a questão climática da cidade de São Paulo. Nós temos uma área grande, impermeabilizada, com pouco verde. Consequentemente, nós conseguimos criar microclimas. Quando as pessoas falam, por exemplo: olha, está havendo mudança climática por conta do aquecimento global. Há controvérsia sobre isso. O aquecimento global, a gente sabe que as temperaturas, elas vão incidir, influenciar, na temperatura do



oceano, quando você tem os seres que vivem nesse meio, e eles sofrem com isso, e alguns acabam morrendo por conta disso. Então o que eu questiono é o seguinte: que é o microclimas que a gente cria que altera, realmente, a condição climática. Ou seja, se nós observarmos, por exemplo, a zona leste da capital, que é bastante impermeabilizada, essa situação, ela eleva as temperaturas de tal forma, que quando entra a brisa marítima do oceano, ele causa essas chuvas bem típicas de verão, que são as chuvas que se formam no local, e desabam de forma torrencial, causando uma série de transtornos. Bom, a gente pode ver que o Centro de Gerenciamento de Emergências, ele foi criado justamente por conta desse problema. Do Túnel do Anhangabaú, no dia 1º de março de 1999. Houve aquela grande inundação dentro do túnel e isso causou um estresse muito grande para a prefeitura, e falou assim: olha gente, a gente precisa criar um sistema que pelo menos, a gente fique sabendo onde vai alagar na cidade de São Paulo, para que a gente possa intervir com maior rapidez. Hoje, não quer dizer que o túnel não alague. Ele já, pelo menos, aconteceu isso algumas vezes, já, desde 1999 para cá. Porém, para desespero do Datena, ele não viu nenhum carro boiando lá dentro. A gente consegue chegar junto com a CET, um sistema montado, para que, quando a chuva acontece, principalmente lá no ABC, ele pode impactar aqui no Anhangabaú. Ou seja, por quê? Porque sobe o Tamanduateí, represa o córrego Anhangabaú, e essa água aflora dentro do túnel. E a gente consegue fechar o túnel ou até mesmo diminuir as suas faixas de rolamento, para poder fechar logo em seguida, se isso for necessário. Tem o Gerenciamento de Emergências, ele foi criado para monitorar as condições meteorológicas na cidade de São Paulo para poder emitir alertas para a Defesa Civil, as subprefeituras que fazem parte do sistema de contingência, e também Corpo de Bombeiros. O estado de São Paulo, ou seja, os órgãos do estado, tanto Polícia Militar, e outros órgãos, também se utilizam dessa informação e o trabalho deles é ficar ligado o tempo todo, no site do CGE, principalmente nessa época. Só para que os senhores e as senhoras tenham uma ideia, o bombeiro, por exemplo, quando ele vai fazer alguma investigação dentro de uma canalização, ou da galeria na cidade de São Paulo, ele pede autorização para a gente, e para que nós monitoremos a chuva para ele. E aí, ele entra quando a gente autoriza. E sai quando a gente pede para ele sair. Vamos falar um pouquinho sobre a questão do índice pluviométrico da cidade de São Paulo. Se vocês puderem observar, nós temos em novembro, em azul, o que aconteceu em 2013, 2014. Na verdade, 2014. E em amarelo, é o que houve em 2015. E o vermelho é a média esperada. Ou seja, novembro passado choveu mais do que a média na cidade de São Paulo. Dezembro, a mesma condição. Choveu mais do que a média. Porém, janeiro choveu menos, inclusive, que janeiro do ano passado. E menos do que a média. Nós tivemos um janeiro relativamente seco. Não só aqui na cidade de São Paulo, mas lá no sistema Cantareira também. A chuva foi muito abaixo da média. Fevereiro. Até os dados de ontem, nós tínhamos aí, pelo menos, 188 milímetros. Mas a informação que eu



recebi hoje pela manhã, pela chuva que aconteceu durante a noite e madrugada, nós já chegamos ao patamar de 200. Então acreditamos que mais três dias de chuva, poderemos atingir a média... ligeiramente, poderemos até passar a média de chuva. E o que é mais importante: isso também refletiu no sistema Cantareira. Eu vou falar um pouco mais do sistema Cantareira, porque é o sistema que está com maior dificuldade, hoje. Até porque nós estamos usando o cheque especial. Essa história de falar: olha, ele está com 10%, significa que ainda nós precisamos pagar 18% do que já foi usado. Ou seja, recuperamos ainda, por enquanto, o volume morto 2. O que é esperado para março? 171 milímetros. Em março do ano passado, choveu bem mais. Quer dizer, a nossa esperança é que ele fique, pelo menos, dentro da média. E o mês de abril já cai para 67 milímetros, então a situação já começa a entrar para o período de seca na cidade de São Paulo. Só para que vocês conheçam, onde ficam os sistemas Cantareira, Alto Tietê... A cidade de São Paulo, ela está bem aqui no centro dessas figuras. Alto Cotia e Guarapiranga, Rio Grande, que é a Billings, e Rio Claro, que é o sistema que fica junto com o Alto Tietê, que abastece o Alto Tietê. Todos esses sistemas, eles estão em um nível relativamente sossegado e tranquilo. Ainda estamos com problema na Cantareira. Só para que vocês possam observar, o sistema Cantareira, essa é a atualização de ontem. Ele está com 10.7%. Ou seja, nós recuperamos só o segundo volume morto. Ainda tem o primeiro volume morto que é em torno de 18%, para a gente começar a voltar ao que era há alguns anos atrás, que era trabalhar com o sistema sem contar com o cheque especial. Alto Tietê, hoje, está com 18.2. 57 para o Guarapiranga. Alto Cotia também com 36. Rio Grande, que é a Billings, que é a maior, essa aí, está com uma condição bastante tranquila com relação ao sistema hídrico. E Rio Claro, com 25%. Então, nosso problema, realmente, ainda está no Guarapiranga. Fazendo um comparativo de alguns anos, nós temos, por exemplo, que em 2004, ele foi reflexo da seca de 2003. Então o sistema Cantareira, justamente no dia 27 de janeiro, ele estava com 4.3%. Mas 4.3%, sem usar o volume morto. Naquela época, a gente estava com 5.1% do segundo volume morto. Então a situação, gente é muito crítica. A situação, eu não vou dizer que é desesperadora, mas é uma situação que nós precisamos mudar, principalmente, transmitir isso para toda a população, de que os recursos hídricos, eles estão muito escassos, e nós podemos ter racionamento de água, sim. Até porque, o volume de chuva, ele está caindo. Está diminuindo. E ele não deve recuperar o primeiro volume morto. A nossa expectativa, enquanto monitoramento na cidade de São Paulo era que nós conseguíssemos recuperar, pelo menos, os dois volumes mortos. E isso não vai acontecer. Nós vamos ficar trabalhando com o primeiro volume morto, na recuperação do segundo. Então a situação, realmente, é bastante complicada. E, além disso, eu vi uma declaração a semana passada de que, se a condição hídrica do Cantareira chegasse a 14% não haveria racionamento. Só que nós vamos chegar com 14%, se chegar a 14%, nós vamos chegar devendo ainda, mais 14%, do primeiro volume morto. Para passar todo o período



de seca, porque a gente sabe que a partir de abril, até meados de setembro, não chove na cidade de São Paulo. E o que está sendo desenhado para 2015, infelizmente, não é um período de chuva. É mais um ano de seca. Ou seja, de chuvas abaixo da média esperada. Só para a gente... têm alguns números na cidade, tudo aqui em São Paulo é astronômico. Então, 1523 km² de área. São 400 mil bocas de lobo, ou bueiros, que a partir do momento que boa parte deles pode estar entupida por detritos, lixo atirado na rua, descarte, principalmente descarte de resíduos de construção civil, entulho que é despejado na calada da noite, às vezes o cara não tem nem o cuidado de colocar longe de uma boca de lobo, e ele despeja exatamente em cima da boca de lobo. Isso é um crime. 20 piscinões já estão sendo construídos mais alguns aí na cidade de São Paulo. Se a gente for falar em termos ecológicos, não é a melhor solução. Porém, é a solução de curto prazo para a gente poder aliviar alguns problemas na cidade de São Paulo. 1216 km de rios e córregos. Quer dizer, aqui não existe outra cidade que tenha a característica que tem a cidade de São Paulo. Primeiro que nós temos 281 rios, córregos e ribeirões dentro da cidade de São Paulo com a sua declividade em remansos. Ou seja, ela não tem velocidade para desaguar. Eu ainda digo mais: se nós tivéssemos uma condição dessa, ou mesmo uma condição de clima tropical que São Paulo tem, com o volume de chuva todo, e se isso fosse em Nova Iorque, Nova Iorque ia alagar. De novembro a abril, igual alaga São Paulo. Então não adianta querer fazer uma comparação, falar olha, porque São Paulo é isso, São Paulo é aquilo... E é um debate que eu travo sempre, com a imprensa. Que a imprensa, ela gosta de ver sangue. Se não tiver sangue, não é notícia. Certo? Então, por exemplo, nós temos um serviço na cidade de São Paulo, que é um serviço de escorregamento. E a gente emite alerta para aqueles moradores que moram em área de risco de escorregamento. A gente sabe que em algumas cidades, por exemplo, Petrópolis e Teresópolis, há alguns anos atrás, tiveram um problema sério, e continuam tendo até hoje. Belo Horizonte tem. Quer dizer, várias outras cidades têm problemas com escorregamento. São Paulo não é diferente disso. São Paulo tem escorregamento também. Principalmente se a gente for ali para a zona sul, M'Boi Mirim, na zona norte, Brasilândia. A gente tem uma série de outros problemas aí, que também ocorrem. Porém, esse serviço mambembe que nós temos... Eu falo mambembe pelo seguinte: que a gente poderia, pela condição econômica da nossa cidade, a gente teria condições de ter uma coisa melhor. Porém, o serviço mambembe que nós temos é o seguinte: então o acumulado... a gente faz o cálculo e faz o acumulado de 72 horas, emitindo alerta para a subprefeitura subir o morro e retirar as pessoas antes do escorregamento. E com esse serviço, a gente tem salvado muitas vidas na cidade de São Paulo. Muitas. Por quê? Ah, a gente consegue casa, consegue... Não. Mas pelo menos eu tiro lá a família da situação de risco, levo para uma Associação de Amigos de Bairro, para uma padaria, para uma igreja, enfim, até passar o risco, e se for o caso, a Defesa Civil autoriza ele a voltar ou não. Ou interdita a sua residência para que ele



não possa voltar e preserve a sua vida. Então, isso nós temos em São Paulo. E felizmente, já há alguns anos, não há ocorrência de vítima fatal por conta de escorregamento. Então tem gente que fala assim: puxa, mas não sabia disso. É lógico. Porque quando não morre ninguém, ninguém fica sabendo mesmo. No último levantamento que nós fizemos, foram 289 pontos de alagamento dentro do centro expandido, e nos principais corredores da cidade, aonde a CET enxerga. Eu sei que tem mais do que isso. Mas pela estatística oficial nossa, junto com o trabalho da CET de verificação em local são 289, no último período. Mas por que 289? Porque choveu menos. Porque toda vez que chove mais, a gente tem um número de ocorrências maior. Tanto que o número de ocorrências, aí, gira em torno de 1500 ocorrências de alagamento no período de chuva, na cidade de São Paulo. Essa é a Marginal Tietê. E a Marginal Tietê era um rio, antigamente, com meandros e várzeas, como acontece lá no Jardim Romano. Por que alaga o Jardim Romano? Porque ali é o piscinão natural do Tietê. Toda vez que o Tietê recebe uma carga muito grande, ele extravasa para poder aliviar, aonde? No Jardim Romano. Aí vêm os engenheiros, que daí eu faço parte dessa turma, e falamos: vamos esticar esse negócio. Vamos fazer uma avenida e tal, e ocupar as margens. É muito bonito enquanto não chove. Depois que chove, o rio vai tomar as margens. E a gente tem as obras que foram feitas pelo governo do estado são louváveis. Até porque nós há alguns anos, não há transbordamento do Tietê, coisa que era muito comum a gente ver na cidade de São Paulo. Depois da obra, a coisa ficou mais difícil e aumentou mais a sua vazão. E por falar em ocupação, essa é uma das ocupações aí, no Jardim São Luís, de um córrego canalizado. Então você veja que o morador para fazer um puxadinho, para alguém que casou em casa, ou enfim, ou ele quer aumentar a sala, ele põe uma laje em cima do córrego, em cima das escoras do córrego. E depois de uma chuva forte, isso aí tudo já é levado. Então, olha só como é que é: olha como é que ficou o puxadinho dele, aqui nessa foto mais embaixo. Ele está em cima do córrego, gente. Quem é culpado disso? Nós, sociedade, o poder público, naturalmente não deveria deixar isso acontecer. E por falar em impermeabilização do solo, essa parte desprovida de verde, aqui no centro desse mapa, é São Paulo. Com parte do ABC mais aqui embaixo. Isso representa a impermeabilização do solo. Ou seja, 80% da cidade de São Paulo é impermeabilizada. Seja ela com asfalto, com concreto. Que são os principais ingredientes para que nós possamos impermeabilizar. E a degradação do pouco do verde que existe, principalmente na zona sul. Isso leva às ocorrências de alagamento por praticamente qualquer chuva na cidade de São Paulo. Então é uma situação que nós temos que aprender a conviver com esse problema na cidade de São Paulo. Ou seja, não adianta falar assim: eu tenho uma obra que vai resolver isso amanhã. Não tem, gente. As obras que estão sendo executadas pela prefeitura são para médio e longo prazo. Então nós precisamos começar a entender um pouco mais essa dinâmica da chuva, na cidade de São Paulo. E por falar em impermeabilização, vejam, não tem verde. O pouco verde



que tem, às vezes, a gente vê alguns verdes em alguns condomínios, e tal, aquela coisa toda, mas embaixo, tudo é garagem. Então não significa. Essa água toda é desperdiçada. E continuamos aí, com uma grande área impermeabilizada na cidade de São Paulo, e crescendo cada vez mais. E se a gente falar um pouco sobre expansão urbana, olha como é que era a cidade de São Paulo. Em 1881, essa pequena mancha em abóbora aqui no meio, representava aí, a mancha urbana, quer dizer, a cidade de São Paulo. 1905 essa mancha começou a crescer. 1914 foi crescendo um pouco mais. 1930. 1952 vejam o tamanho que está em 1952. Ou seja, praticamente um pouco mais de 50 anos, o crescimento. Em 62 foi crescendo. 83, crescendo cada vez mais. 95 praticamente cobre toda a região metropolitana. 2001 era a situação que está hoje. E aquela foto que eu mostrei para vocês, sobre a impermeabilização do solo, que era uma foto de satélite, aquela foto, gente, é de 2001. Então de 13 anos para cá nós tivemos um boom imobiliário na cidade de São Paulo, no estado de São Paulo, em várias cidades. Isso significa impermeabilização do solo. Cresceu absurdamente a quantidade de empreendimentos aí na cidade de São Paulo. Então (incompreensível) já está totalmente desatualizada. E eu considero que praticamente 90% da área da cidade de São Paulo, hoje, está impermeabilizada. Essa é a mancha urbana. Então nós temos aí, uma parte mais escura. Cerca de 75% da ocupação da área. A questão do alagamento. Então a gente pode observar quanto mais asfalto, a gente tem essa condição de alagamento. Ou seja, o volume de água é tão grande que ele supera a capacidade de drenagem daquela região. E se a drenagem ainda estiver desobstruída. Que normalmente não está. Ou ela está trabalhando a meia cessação, ou seja, aquela canalização, ela está trabalhando com metade da capacidade dela. Porque a outra metade já está assoreada. E é caro limpar isso, gente. Não é barato. Tudo isso é um custo muito grande para o poder público. Porque é responsabilidade do poder público limpar toda essa canalização, para a gente poder evitar um pouco esse tipo de ocorrência. Eu estava falando sobre a meia cessação. Veja tudo isso que é carregado, barro, entulho aqui na região central da cidade basicamente é entulho. A areia que vem junto com esse entulho, que é carregado pela enxurrada, ele para dentro da canalização. E aí para limpar aqui, com hidrojato, e tem que montar vários sistemas, quer dizer, é uma coisa assim, que dá um trabalho maluco de fazer. Lixo despejado na rua, que a própria chuva e a enxurrada fazem o serviço de vassoura hidráulica. Eu costumo dizer o seguinte: se a gente pegar um trecho de um km na Avenida 23 de Maio, que tem um fluxo de veículos enorme, se cada um jogar um papelzinho de bala nesse trecho, na hora que chove, essa enxurrada vai levar todos os papezinhos de bala que foram jogados ali. Vocês já viram a montanha de lixo que isso pode dar? E tem gente que joga isso com a maior naturalidade, porque não percebe que às vezes, uma ponta de um cigarro ou um papelzinho de bala vai causar um probleminha? Não. Não cabe na minha cabeça. Só que esse papelzinho de bala, associado a outros tantos, vão causar o tamponamento de um



bueiro, conseqüentemente isso aí vai afetar não só a vida dele, mas dos outros que também se utilizam daquela via. Esse é o famoso Fusca rolha, que em uma enxurrada, ele foi carreado para dentro aí, e causou uma grande inundação na região do Butantã. Aqui, a canalização do córrego Pirajuçara, que a gente encontra ali, vários eletrodomésticos. E eu costumo dizer, também, que as Casas Bahia, ela ganha muito dinheiro nessa época. Que quando o sujeito vai para a televisão, vai lá falar, eu perdi tudo nessa enchente, no dia seguinte, ele vai lá e compra tudo nas Casas Bahia. Então a gente sabe que quando a gente tem limpeza de galeria, a gente encontra esse tipo de coisa. Além de pedaços de veículos... Isso... é um absurdo que é jogado. O lixo que é tirado. Por vazão das margens, e o lixo que é atirado no rio, isso, gente, é real. Isso acontece aqui na cidade de São Paulo. Isso acontece aqui na cidade de São Paulo. Então veja que o nosso problema não é pequeno. Até por que, a chuva também não é pequena. Ela, quando acontece... E essa chuva que é típica de verão, essa chuva que acontece, se forma naquele local e faz aquele pomponzão, quando você olha para o céu, está um dia lindo. Aquele calor maravilhoso. E você olha para o céu, vê aquela nuvem branca, parece uma pipoca enorme, pode esperar que à tarde, aquilo ali vai se transformar em uma chuva forte. Porque aquilo ali é o seguinte: ele só está esperando a brisa do mar entrar e insuflar umidade. E aí, ele ganha potencial. E essa chuva é extremamente prejudicial. Porque ela acontece sempre na região urbana. Nunca lá no Cantareira. Mesmo porque, a gente não tem um um microclima para que possam, essas chuvas acontecerem com maior frequência, lá. A não ser quando a chuva é uma chuva de frente-fria, que ela já vem varrendo, desde o sul, trazendo todo aquele temporal. E chega aqui na cidade de São Paulo. Aí sim, essa chuva é legal. Que daí, ela acontece nos vários mananciais do estado de São Paulo. Hoje, o Centro de Gerenciamento de Emergências conta com uma equipe bastante reduzida. Nós somos em 12 pessoas. Temos engenheiros, assessoria de imprensa, meteorologistas, e técnicos também que cuidam do monitoramento, e o serviço funciona 24 horas. As tecnologias que nós usamos são imagem de satélite, radar meteorológico do estado de São Paulo, do DAEE, que é mantido pela Fundação Centro Tecnológico e Hidráulica da USP, modelos numéricos de previsão, estações meteorológicas automáticas, hoje, 26 na cidade de São Paulo. Então, são vários pontos na cidade de São Paulo, que se você quiser saber a temperatura, quanto choveu tudo isso em tempo real. METAR, que são informações meteorológicas dos aeroportos. Por quê? Essas informações meteorológicas dos aeroportos, eles começam desde a Argentina, passam pelo Rio Grande do Sul, Paraná, Santa Catarina. Então, quer dizer, a gente vem recebendo as informações desses caras até a gente poder passar uma informação muito precisa e segura, na cidade de São Paulo. Aonde a nossa avaliação foi feita recentemente, com 95% de acerto, sobre a questão de chuva. Aí tem gente que fala assim: ontem eu recebi uma crítica. Eu achei interessante. Um cara lá de Itaquera, ele reclamou que nós demos previsão de chuva e não caiu nenhuma



gota na casa dele. Mas caiu o mundo aqui na zona sul. Lá na região norte, também nós tivemos problema com chuva. A chuva, ela não acontece no quintal da minha casa. A chuva acontece, e a previsão é feita para a região metropolitana. Então ontem, também, eu pude observar a moça do tempo da Rede Globo falar assim: olha, nós acertamos os 5% que estava previsto a chuva. Mas espera aí. E os outros 95%? Está tudo errado? Fica fácil assim, fazer previsão do tempo. Quem já ouviu falar no Cacique Cobra Coral? Cacique Cobra Coral, ele sempre fala, ele dá as declarações dele depois que a chuva acontece. Se foi um temporal, ele fala assim: não, eu segurei uma coisa muito pior, que poderia ter vitimado várias pessoas. E se não choveu, é porque eu impedi que essa chuva acontecesse. Então é muito fácil você falar depois da chuva. Eu quero ver falar antes. E não existe, viu gente, sistema que fale assim: olha, vai chover amanhã às 15h53, lá na Vila Guilherme. Não tem. A única coisa que dá para fazer é o seguinte: com uma hora de antecedência, falar que vai chover na zona leste, ou na zona norte, ou na zona sul, com toda a tecnologia de ponta que nós temos, hoje, aqui na cidade de São Paulo. Que ninguém tem. Ninguém tem. Hoje, nós somos referência para o Brasil inteiro. O Rio de Janeiro está tentando montar uma coisa muito semelhante. Eles conseguem ver a chuva, mas não conseguem emitir alerta. Porque não tem para quem dar o alerta. Eles não estão organizados a esse ponto. Previsão do tempo, rádio-sondagem, rede telemétrica, que é a parte de fluviometria da cidade de São Paulo, alguns rios são monitorados em tempo real, eu sei quando vai transbordar e quando não vai. Infelizmente, é lei de Murphy. Transborda aquele que não é monitorado. É desagradável. Isso é uma imagem de satélite. Que a gente tem disponível na internet. Qualquer pessoa pode chegar e olhar. E esses pomponzinhos significam uma frente fria, umidade que está subindo aí, para o estado de São Paulo. Essa é uma imagem de radar, que tem ali, a figurinha do cachorrinho, que é a cidade de São Paulo. E ele tem um raio de alcance que é esse círculo aí, de 240 km. Ou seja, em 240 km, quando aparece uma dessas colorações da tarja que tem aqui embaixo, eu sei que está chovendo. E o potencial dessa chuva e a velocidade de deslocamento dessa chuva. Aqui é uma imagem já com zoom. E você pode observar que essa coloração dela, ela tem assim, uma mescla de chuva. Desde a cor mais fria para a cor mais quente, aonde é a cor roxa, significa que tem potencial de granizo naquela região. Esse aqui é um modelo numérico de previsão do tempo, onde a gente pode observar a alta e a baixa, que influencia diretamente, quando a frente-fria consegue chegar ou não, ou quando ela é desviada para dentro do oceano. A cidade de São Paulo, com os pontos de monitoramento, com as estações meteorológicas automáticas. Então a gente tem assim, uma área bem abrangente na cidade de São Paulo. E hoje, ainda não somos referência. Porque referência é o Instituto Nacional de Meteorologia, que tem uma única medição de chuva lá em Santana. Ou seja, ontem não choveu em Santana. Desabou o mundo em São Paulo. Eles não deram chuva. Falou: São Paulo não choveu. Porque não choveu lá na canequinha deles.



Mas na nossa, que tem 26, a gente conseguiu pegar toda a chuva que aconteceu na cidade de São Paulo. Esse é o nosso sistema de alerta. Tanto através do site, que é o mapinha pintado de amarelo, e cada subprefeitura pintada de amarelo significa que ali tem potencial de chuva forte, e pode causar problema. E o verde e vermelho significa ali, por exemplo, como exemplo está o Campo Limpo, significa que transbordou um rio, um córrego, e associou aos alagamentos da região. Os alertas são: observação, que nada mais é do que ficar olhando para o céu 24 horas. Atenção, quando a chuva é forte, e ela tem potencial para alagamento na região, e aí é o amarelinho. O alerta significa que houve um transbordamento de rio e córrego. E alerta máximo, ele está associado aí à calamidade pública. Ou seja, São Paulo nunca vai acontecer isso. Vai ser difícil São Paulo inteira ficar alagada e ela não ter condições para atender a sua população. Então a gente nunca vai ter esse tipo de problema. Os acionamentos são feitos para o Centro de Controle Operacional, para a Secretaria de Comunicação, Defesa Civil, CET, todas as Secretarias envolvidas com o Plano, comunidades. Como exemplo, o pessoal do Pirajuçara recebe uma informação nossa quando o rio está subindo, quando o córrego está subindo, para que eles possam emitir um alerta para o pessoal que faz parte da comunidade, que são organizados. O que é? Tirar o carro da garagem, se tem alguém doente, tirar essa pessoa do andar de baixo e levar para o andar de cima, subir móveis e tudo o mais. Ou seja, ter o mínimo de perda, principalmente preservar a vida. Sistema chuvas de verão: é um sistema que dispõe de toda tecnologia hoje, existente no Brasil. Está disponibilizado para toda a população de São Paulo, e nós utilizamos muito a imprensa, para que a gente possa passar uma informação, principalmente as rádios e TV. Quando começa a chover na cidade de São Paulo, e nós colocamos em estado de alerta, automaticamente, as principais rádios abrem canais para que os técnicos possam dar entrevista, dizendo: olha gente, não vá para Santo Amaro porque lá a chuva é forte, ou aguarde mais alguns instantes até que passe essa chuva. Ou seja, a gente sempre consegue atingir aquela pessoa que mais necessita da informação, se ela estiver ouvindo o rádio, principalmente aqueles que estão transitando na cidade. A TV ajuda a transmitir a informação. E conseguimos mudar um pouco esse negócio do conceito de previsão do tempo. Hoje eu não acredito que alguém possa sair de casa sem olhar a previsão do tempo. Será que vai chover? Será que vai fazer frio? Eu preciso saber... Eu tenho que me organizar por conta disso. O que é desagradável é quando a imprensa chega em uma pessoa andando na Paulista, e põe um microfone na cara dela e fala assim: você foi pego de surpresa com essa chuva? Ela fala: fui. Mas quando foi? Você veio de Marte? Você não viu nada? Você não sabe que é um período que chove? Então não dá mais para aceitar esse tipo de desculpa. Então hoje e sempre, antes de sair de casa, olha a previsão do tempo. Porque ela tem um nível muito bom de acerto. Se vai fazer frio, leve um agasalho. Se vai chover, mude os seus compromissos, enfim... Ou fique atento para essas mudanças. O



nosso site é o www.cgesp.org. Lá têm todas as informações. E se vocês tiverem alguma dúvida, eu estou aqui para esclarecer. Muito obrigado por me ouvirem até agora.

Coordenadora Geral Claudete V. de Carvalho: Obrigada, Hassan. Abrimos agora para o debate. Os Conselheiros que queiram fazer alguma observação, alguma pergunta, podem se inscrever com a Julie, a nossa Secretária Executiva. Conselheira Eliana. Precisa falar no microfone, identificar a Secretaria ou a entidade.

Cons. Eliana: Bom dia a todos. Meu nome é Eliana Rizzini, trabalho na Secretaria Municipal da Saúde, no gabinete, com um Programa chamado Ambientes Verdes Saudáveis -PAVS. E nós trabalhamos dentro de uma rede de projetos socioambientais no município inteiro. E a questão das chuvas é uma das grandes pautas de trabalhos, de ações nos territórios, enfim, projetos e ações. E o que nos preocupa, e eu queria um pouquinho mais de aprofundamento, Hassan, se fosse possível, nos fluxos de informação, até chegar à comunidade. Nós temos os planos de contingência que são feitos pelas coordenadorias regionais de saúde, e que depois aciona Unidades Básicas de Saúde, hospitais, mas eu queria que, por favor, se você pudesse fazer esse fluxo, descrevesse um pouquinho mais a questão do fluxo de informações, até chegar na comunidade.

Hassan Mohamad Barakat: Bom, Eliana, é assim, como existe um Plano de Contingência na prefeitura, e esse plano, ele que dá o norte para que a gente possa emitir. Ou seja, o CGE hoje, através do monitoramento de chuva, ele starta esse plano. Nós ligamos a chave. E o fluxo, ele é assim, nós temos a informação passada em tempo real para alguns órgãos que fazem parte, e eles se encarregam de deflagrar essa informação para a população. Ou seja, vamos dizer assim, cliente final, que é a população de São Paulo, primeiro, em tempo real, vai Defesa Civil, o CCOI, é o Centro de Controle Operacional Integrado das subprefeituras, que ele compreende todas as subprefeituras, a CET, para que ela possa organizar os seus bloqueios, o CICCE, que é um centro criado para a Copa do Mundo, e que o estado está utilizando agora, junto com bombeiros, Polícia Militar, enfim, e Defesa Civil, e mais alguns órgãos aí, que cuidam de problemas da cidade de São Paulo, e também a Secretaria de Comunicação da prefeitura, para que ela possa atualizar o site, Twitter, Facebook, toda a rede social. Além disso, Eliana, a gente trabalha com a imprensa. Quer dizer, nós atendemos todo mundo. Nós atendemos desde a parte de internet, porque a partir do momento que é decretado um estado de criticidade, é produzida uma matéria pela nossa jornalista, colocado no nosso site, que boa parte da imprensa, UOL, Globo, Terra, eles vão buscar, e replicam essa informação. Além de entrevistas para as rádios, e atendimento à TV sensacionalista. Principalmente muitos não gostam, e nós fazemos questão de passar a informação, que é o Datena. Por que o Datena, para nós, é importante? Primeiro, porque ele divulga um trabalho interessante da prefeitura,



que tem uma boa aceitação. Segundo, ele recebe uma informação que tem uma ótima precisão, e uma explicação técnica do que está acontecendo na cidade de São Paulo. Terceiro, ele coloca o helicóptero dele em cima do problema, e a gente tem a dimensão desse problema. Eu sei que, sei lá, a Avenida Bandeirantes, em um ponto qualquer lá, ela alagou. Mas qual é a dimensão disso? É transitável, intransitável? Enfim, eu preciso saber. Porque se é... Então isso tem nos ajudado bastante. E o fluxo de informação é dessa forma. Além do usuário, quer dizer, do paulistano em geral, que liga lá no CGE. Têm casos, por exemplo, de pessoas do interior que vão vir para São Paulo, que liga lá no CGE, porque sabe que nesse período chove. Quer saber se está chovendo, se dá para chegar em São Paulo. É mais ou menos por aí. Eu não sei se eu respondi tua pergunta.

Cons. Eliana: O Ronaldo Figueira aqui, que você deve conhecer, ligado à Defesa Civil, ele está fazendo essas capacitações com a equipe, nos territórios. Em áreas de risco, alagamento, enfim. Mas é que a gente, muitas vezes, perde de vista o todo.

Hassan Mohamad Barakat: É. Na verdade, assim. Dentro da própria prefeitura, as pessoas que utilizam da nossa informação, elas precisam, talvez, cobrar um pouco... O Ronaldo, ele é um link importante com a gente. Porque ele coordena os trabalhos da Defesa Civil. E foi com ele que nós conseguimos expandir o nosso trabalho. Ele tem sido um parceiro muito bom, além da CET, além dos outros órgãos aí, que já trabalham com a nossa informação há um bom tempo. O que nós temos a oferecer, Eliana, também, é o nosso mailing. Você pode se cadastrar no nosso mailing, todas as informações disparadas pelo CGE, ele chega na sua caixa de e-mail. E aí, hoje, com essa maravilha tecnológica que não deixa ninguém dormir, que são os smartphones, os iphones e tal, esse tipo de coisa... Eu tenho dois, viu, gente, porque o barulhinho à noite é um inferno. Mas a gente tem que estar recebendo informação. Não consegue desligar. Mas a gente está disponível. Qualquer informação adicional, até mesmo por telefone, alguma dúvida, ou um refinamento: Olha, não entendi tal coisa. Então a gente tem essa condição e essa disponibilidade.

Coordenadora Geral Claudete V. de Carvalho: Conselheira Marta.

Cons. Marta Amélia: Bom dia. Marta Amélia. Eu sou da Associação Brasileira de Engenharia Sanitária - ABES. Eu tive uma preocupação. Maravilhosa. Parabéns pela apresentação. Quando fala no gerenciamento, eu acho que, da mesma forma que hoje a gente já aculturou, sair de casa e olhar a previsão do tempo, é começar a olhar isso através de uma visão, de um cenário por gestão de bacia. Você falou muito bem do Cantareira. Muito bem da situação. Mas será que a gente vai chegar nessa plenitude, de ter uma previsão, e ter a identificação por uma gestão de bacia? Falar da cidade de São Paulo é ter que pensar na região metropolitana. Porque os impactos vêm. O Tietê, lá de cima, acolhendo aí. E a minha outra preocupação é



quando você falou de drenagem, e depois eu vou falar, porque eu estou no Conselho Gestor do Fundo Municipal de Saneamento, que entra a parte de infraestrutura, é sobre o que ainda falta de drenagem a ser feita na cidade de São Paulo. E aí eu dou um exemplo: a área dos Jardins. Toda nossa drenagem dos prédios, lençol freático, corre sem ter para onde ir. E poderia hoje, estar tendo um belo de um aproveitamento dessa água. Então, duas coisas que são a minha preocupação: o conceito de gestão de bacia, e o que falta de drenagem para a cidade de São Paulo. Que eu acredito que não é nem responsabilidade da tua área, mas me lembrou. Obrigada.

Hassan Mohamad Barakat: Bem colocado. Eu agradeço o elogio, Marta. Bom, esse problema hídrico que nós estamos vivendo, ele levou os nossos governantes a começar a pensar melhor sobre essa interligação de todas as bacias. Porque uma bacia pode socorrer a outra. E, além disso, nós precisamos, também, começar a pensar, e eles já estão pensando nisso, que a oferta hoje, ela é a mesma de 30 anos para cá. E 30 anos para cá, aumentou a demanda consideravelmente. Então não adianta você ter uma caixa de 1000 litros, se na sua casa aumentou de cinco para quinze pessoas. Então você vai ter sempre um déficit hídrico. É uma situação que vai nos levar a esse tipo de problema, além da seca ser previsível. Os técnicos já alertavam ao governo sobre essa questão que a gente possa chegar a um período de seca, e prejudicar aí, toda nossa reserva hídrica. E para recuperar isso, agora, nós vamos precisar de muita chuva por um período grande. Ou seja, nós vamos precisar de pelo menos, no mínimo, três verões chuvosos no sistema Cantareira. Então é por isso que eu me preocupo bastante com relação a isso, até porque as obras que poderão aliviar, elas só vão acontecer daqui a dois anos. Nada vai acontecer para os próximos dias. Então a gente tem este problema. Com relação à parte de drenagem, a gente tem observado, por exemplo, que aqui dentro da cidade de São Paulo, têm algumas situações críticas que estão sendo resolvidas. Por exemplo, nós temos ali, a questão da Marreir Junior com a Rua Turiassú, com a Sumaré. Principalmente ali no shopping Bourbon. Quem conhece aquela região... Bastou chover, aquilo ali alaga de cobrir o carro. E ali está sendo feita uma obra de drenagem que está sendo levada, toda aquela água para dentro do Tietê. Ela parou agora, por um problema técnico, mas que já foi resolvido. Mas para o próximo período chuvoso, eu acredito que ali não vai ter mais alagamento. Porque ali é crônico. Então as ações estão sendo feitas principalmente, por exemplo, se a gente for imaginar o transbordamento de alguns rios e córregos por conta de assoreamento, por uma série de problemas que a gente já conhece de uma grande metrópole, a prefeitura tem tratado isso com certa preocupação, e a gente sabe que o poder público, ele é tão rápido quanto um elefante em uma corrida de cavalo. Infelizmente, a gente sabe que funciona assim. A gente gostaria que a coisa andasse como andam em órgãos privados. Mas a coisa não funciona desse jeito. Infelizmente a gente tem que cumprir etapas, tem uma série de entraves aí, burocráticos, que acabam



atrasando aí, a intervenção. Mas a cidade de São Paulo não é uma coisa muito simples de resolver. São vários pontos. Por exemplo, agora, recentemente, foi aprovado o projeto do piscinão da Praça das Bandeiras para resolver o problema do Anhangabaú, e também na Praça das Bandeiras, que ali alaga que é uma beleza. Então quer dizer, têm algumas coisas que estão andando. A gente sabe que isso aí, projetos estão sendo feitos e a drenagem está... Eu entendo, por exemplo, pela minha experiência, que a gente teve um avanço. Não é da forma como a gente gostaria que a população de São Paulo... que ela perceba rapidamente. Mas a gente teve um avanço porque a gente monitora os alagamentos na cidade de São Paulo, e essas ocorrências. E a gente tem notado que isso tem diminuído. Mesmo com um volume de chuva alto. Ontem, para que vocês tenham uma ideia, na área que a CET monitora, com toda aquela chuva que aconteceu, chuva forte, com granizo, inclusive, não teve um ponto de alagamento na cidade de São Paulo. Significativo, lógico. Mas a gente não teve. Então a gente acredita que a drenagem tem melhorado. Lógico, têm lugares que alagaram? Com certeza, teve alagamento na cidade de São Paulo. Mas não foi na área que é monitorada pela CET, então a gente também não fica sabendo. Não sei se eu respondi a sua pergunta ou não.

Secretário Adjunto Ricardo Brandão: Parabéns, Hassan, pela exposição. Eu acho que é a terceira ou quarta exposição que eu vejo você nos últimos dois, três meses. Sempre aprendo. Parabéns. Tem sempre uma coisa nova ou para lembrar. O fusca rolha, eu já tinha esquecido. Aí lembrei aqui, da sua outra colocação. E ressaltar, acho que, alguns pontos importantes. Primeiro, eu estava comentando aqui com a diretora da UMAPAZ, Ana Cristina, no final da década de 80, começo da década de 90, nós trabalhamos com área de risco. Comentando aqui, paralelo à sua exposição, como nós fazíamos. A gente ligava para as lideranças. Imagina. 89, 90, o máximo que se tinha era um bipe. O máximo que a gente tinha de tecnologia naquela época era um bipe. E é muito feliz que houve progresso. Várias pessoas, depois disso, trabalharam. Você está liderando aí, brilhantemente, com a participação da comunidade, como bem colocou a representante aqui, da Secretaria de Saúde. Que o fato da comunidade estar envolvida, estar participando, e que é a beneficiária final da informação eu acho que garante o sucesso desse projeto, e a implantação de novas políticas públicas na questão de evitar as tragédias. Você também destacou um ponto muito importante em relação à imprensa. Que realmente, acredito que tem feito um papel muito ruim, do ponto de vista da desinformação. Eu acho que não ajuda em nada. Concordo plenamente com a sua colocação. E dizer também um pouquinho sobre a questão hídrica. Você colocou, com muita propriedade, 2004, as questões... Eu, como engenheiro civil, militante da área ambiental, a gente acompanha, já prestei, várias vezes, serviços para a Sabesp como consultor. E realmente, além das chuvas, é importante dizer também a questão como foi colocada aqui, da representante da ABES, do lençol freático.



A questão das nascentes, também, nas represas. E a questão dos rios e afluentes que chegam nas represas. Muitas vezes a gente pensa só em chuva. Só em chuva. Mas a chuva é uma das variáveis da questão. Eu costumo dizer assim, até do ponto de vista familiar, para jovens adolescentes da minha família, que quando ele fala assim: ah, tio, a seca em São Paulo... Falei: bom, você já viu alguma árvore morrer por falta d'água em São Paulo, no último ano? Um metro quadrado de grama ficar marrom por falta d'água? Então, existe pouca chuva. Existe chuva. E você colocou ali, se eu não me engano, novembro e dezembro choveu acima. Então a questão não é chuva, só. Eu acho que isso é muito importante na sua exposição, exatamente esse ponto. É a gestão da água. É a gestão. Ou a falta de gestão. Vamos colocar assim: a falta de gestão dos últimos anos. E o racionamento já está tendo. Na minha casa já tem racionamento. Eu sou subsíndico do meu prédio. Nós já estamos em racionamento. A Sabesp já mandou correspondência. O racionamento, para nós, começou em dezembro. Recebemos cartinha e tal. E tem uma situação muito interessante que não sei se vocês sabem, algumas pessoas como nós lá no prédio, já estávamos economizando água, então a nossa média abaixou. E agora, com a média imposta pela Sabesp, nós estamos sendo penalizados. Porque nós já estávamos economizando. Então, como a política é injusta. E eu conheço várias pessoas de baixa renda, moram em periferia, que já estão sendo penalizadas porque já estavam abaixo da média, e veio uma filha morar, ou nasceu uma criança, teve um bebê, e a água, claro, vai subir. Aumentou, como você mesmo colocou, aumentou o número de pessoas em uma casa, então essas pessoas que estavam economizando, que abaixaram a média, e tiveram aumento de família, por algum motivo, vão ser penalizadas injustamente agora. Então acho que esse é um ponto que nós precisamos incluir na nossa pauta, da prefeitura, doravante. Eu acho que você foi otimista. Em dois anos, você colocou que as obras vão fazer efeito, e três verões chuvosos. Eu tenho uma opinião um pouco mais conservadora. Mas oxalá, você esteja certo. Muito obrigado.

Hassan Mohamad Barakat: Eu só queria cumprimentar. Eu acho importante isso que você falou Ricardo. Primeiro que a gente precisa incentivar, de uma forma, talvez... de uma política pública, no sentido de que as pessoas possam trabalhar o reuso da água e daí a Marta comentou sobre essa questão dos prédios. É que ainda não tem uma política para poder usar essa água. Primeiro, porque essa água, ela tem que ser analisada. Porque boa parte da água do lençol freático aqui de São Paulo, ela está contaminada. Então, ela tem que ter um uso muito restrito. Mas eu acho que a gente deveria ter um norte, um trabalho específico para isso. Na região da Paulista, por exemplo, tem um lençol freático alto, e tem prédio que não pode... essa água não pode ser soltada no meio-fio. Não pode soltar água no meio-fio por um problema aí, que a Sabesp não permite, enfim. Sabe o que os caras fazem? Bastou serenar, eles soltam a água, por quê? Porque dá a impressão que é enxurrada. E aí, o cara consegue burlar isso. Então, eu, por coincidência...



voce tocou no assunto, que eu estou orientando umas alunas sobre essa questão mesmo, do reuso das águas. E aí, elas me perguntaram ontem, em uma reunião, dizendo o seguinte: olha, existe algum incentivo para que aquele morador, ele passe a usar a água de chuva? No sentido de aliviar toda a água que a Sabesp entrega na residência? Isso já representa uma economia. Outro problema também, que nós deparamos aí, foi com uma funcionária da CET, que ela mora na zona leste, e ela falou assim: eu consigo captar toda a água de chuva da minha casa, e eu economizo muita água, e agora veio essa história da Sabesp de multar, e ela está também na mesma situação do seu condomínio. Quer dizer, ela não consegue... Agora ela recebe multa porque ela já economizava antes da colocação dele. Então, eu acho que nós precisamos de incentivos públicos, para que a população possa usar mais essa água.

Coordenadora Geral Claudete V. de Carvalho: Nós encerramos as inscrições, mas temos ainda, cinco pessoas inscritas. Então nós vamos fazer uma rodada de perguntas, cada Conselheiro três minutos. E no final, o Hassan faz o fechamento. Então por ordem, nós temos a Cristina Palmieri, Célia Marcondes, o Conselheiro Ivo, Nelson e Maria Cristina.

Cons. Alessandro Azzoni: Por uma questão de ordem, só fazer uma correção. Azzoni, da Associação Comercial. Só fazendo uma correção. A multa que está sendo aplicada pela Sabesp, a média é de fevereiro de 2013 a janeiro de 2014. Ou seja, nesse período, não tinha racionamento nem crise. A crise só foi em 2014. Por isso, desculpe, mas está errada essa colocação de que a pessoa será punida porque ela já estaria fazendo uma economia. Na verdade, o cômputo da média justamente eles pegaram um ano de fornecimento normal. De consumo normal. Que é de fevereiro de 2013 a janeiro de 2014. Essa média que a Sabesp leva em consideração.

Secretário Adjunto Ricardo Brandão: Não. Sem dúvida, mas a crise, ela já começou em 2010. Ela foi divulgada posteriormente, depois das eleições, ela ganhou corpo. A crise hídrica, ela já existe... Nós temos dados aí... Se pegar os dados meteorológicos de 2010 para cá, já se vê uma queda drástica, na variação das chuvas. É que ela foi abafada, ela foi, vamos dizer assim, camuflada. Eu acho que a expressão correta é camuflada. Agora, parece que a crise começou em janeiro de 2015. Não começou. Ela começou, na verdade, Azzoni, em 2004. Os dados mostram claramente... A última obra feita, ele falou que faz 30 anos. Quer dizer, faz 30 anos que nós não temos oferta nova na cidade de São Paulo. A crise, para a gente que é da área, começou em 2003 para 2004. Foram alertados. A Sabesp, inclusive, fez vários planos, vários projetos, mas não implantou. Você está correto. Só colocar assim: o que a imprensa fala, não necessariamente é a verdade. Eu vou muito na linha do Hassan, que foi muito correto. Têm pessoas que ficaram sabendo da crise em fevereiro agora, janeiro. Nossa, está faltando água. A água está faltando



desde 2004. Isto precisa ser muito claramente dito. A Sabesp privilegiou distribuir dividendos para os acionistas, ao invés de investir em gestão hídrica. É simples assim.

Coordenadora Geral Claudete V. de Carvalho: Fazemos então essa rodada de perguntas. Três minutos. Conselheira Cristina.

Cons. Cristina: Bom dia a todas e a todos. Cristina Palmieri, da União Geral dos Trabalhadores. Bom, um ponto aqui é sobre todo esse impacto. Parabéns pela apresentação. Pelos pontos que colocou, elucidar algumas questões. Parabéns a todos aqui também, que colocaram. Porque vem de encontro àquilo que nós, trabalhadores, a vida dos trabalhadores é impactada. De todos nós. Nós somos trabalhadores. A economia é impactada. O comércio, o serviço, a indústria. Tudo é impactado. Então nós estamos falando de um assunto onde você tem impacto social, ambiental, e econômico. Então nós estamos falando de sustentabilidade. E tem a questão cultural dentro desse recorte. A preocupação é: existe dentro da prefeitura uma visão integrada, além desses acionamentos? Porque nós temos que pensar que esse adensamento urbano que vem crescendo há longa data, se a infraestrutura que é necessária para suportar esses impactos estão acontecendo. Existe conversa? Porque eu vou falar uma coisa: eu passei pela estação metrô do Jabaquara, há três anos e pouco, estava um processo de... em relação à calçada. Eu vou dar exemplos assim, mais próximos, para poder também pensar nisso. Se a gente estava com pavimento articulado, por que mudança? A gente fala das árvores. Cai aqui, cai ali. É outro impacto. O que acontece? Não vejo nenhuma outra, e, além disso, concreta. Pavimenta tudo em volta da raiz. Se a gente não consegue sustentar, eu fico preocupada com as grandes ações, que a gente não enxerga, não participa dos processos, não tem uma gestão compartilhada em relação a esse processo de o que está acontecendo em cada região da cidade de São Paulo, a comunidade vem trazendo essas demandas, pelo menos trazer, que eu já participei do Conselho, do Cadinho ali na Cidade Ademar. E conversava com os outros. Sou da rede das Agendas 21. Sou de outros movimentos. Porque movimento sindical está junto com fóruns de debates. Vem acompanhando. Então a gente... Eu já ouço falar sobre a questão da gestão hídrica e energética dentro já, dos fóruns do Comitê Brasileiro de Grandes Barragens, na década de 80. E aqui, nós estamos vendo isso em relação a planejamento. Então eu fico pensando: por que não criar uma gestão compartilhada aqui, entre esses Conselhos junto com a sociedade e a prefeitura para pontuar essa questões, e ver? Porque nós temos a academia, temos também, profissionais liberais especialistas nessa área trabalhando junto. Todo mundo quer ajudar. Nós queremos... Nós amamos essa cidade. No fórum social mundial em Porto Alegre, que é esse fórum social temático, na assembleia legislativa me perguntaram na entrevista dentro da Assembleia, lá na TV Senado, para todos nós que estávamos participando, da sociedade. E São Paulo, vai mudar? A capital de São Paulo vai mudar? Eu falei: não. Nós



amamos São Paulo. Nós queremos é melhorar as condições para todos em São Paulo. Todos. Mobilidade urbana, gestão da água, a gestão da energia, a gestão para que São Paulo acolha. Então, quando a gente fala em cidades sustentáveis, que São Paulo queremos? Cidades aí, resilientes, que na conferência, de Defesa Civil se tocou nesse assunto junto com a... Qual é o andamento, qual é o desdobramento? Nós esperamos o desdobramento. Nós, como sociedade. Então eu acho que é oportuna essa palestra. É oportuno o desdobramento dela. Eu acho muito interessante, e é oportuno estar aqui, o Conselho, que tem esses representantes que têm essa intenção de mudança, da gente poder fazer essa diferença. Realmente fazer essa diferença daqui para frente. De estar na discussão, e dali, ver como a gente pode olhar a cidade com outro olhar. Um olhar mais humano, um olhar mais aquecido, acolhedor. Então, a tecnologia, a parte técnica de toda essa estrutura, ela é imprescindível. Mas a discussão política também é. E a discussão dessa visão de São Paulo. Nós temos que pensar lá na frente. Construir e já começar. Nós não temos mais tempo. A responsabilidade também é de todos nós. Agora, transferir responsabilidade de quem é aquele que está ali para gerenciar, eu já não acho correto. Gerenciar esse processo. Então temos que discutir vários pontos, e como a gente pode chegar lá. Então muita, isso e aquilo, não. A consciência, divulgação, tudo isso a gente precisa. Compartilhar juntos. Como a gente viabilizar. Mas a minha colocação é: a responsabilidade precisa estar na mão de todos nós. Então vamos discutir juntos. Existe a possibilidade de a gente discutir junto? Ter mais acesso às informações, para também repassá-las? Então é um processo em construção, isso daqui. Impacta? Impacta. Impacta a vida de todos nós. Porque quem está perdendo é todos os... todas as dimensões da cidade de São Paulo. Todos nós estamos perdendo. Se eu não consigo trabalhar, minha família também não, meus colegas... A vida econômica. Tudo impacta. O comércio e o serviço... É o que São Paulo é. Comércio e serviço. Então a minha colocação... Eu gostaria de saber se tem alguma proposta de quanto mede, a longo prazo, em relação a essas questões de ter uma visão integrada sobre essa parte, da parte de vocês, e da parte aqui do Conselho, de discutir? Obrigada.

Coordenadora Geral Claudete V. de Carvalho: Conselheira Célia, três minutos, por favor.

Cons. Célia Marcondes: Bom dia. Sou Célia Marcondes. Sou da Ecóleo, e da SAMORC, que é a Sociedade dos Amigos e Moradores Empreendedores de Cerqueira César, que abrange Jardins e Consolação. O primeiro ponto é a cobertura de rios que o senhor mencionou. Em certo bairro, o puxadinho para aumentar o tamanho da casa. Exatamente em cima do córrego. Isto não é privilégio só lá das zonas periféricas. Aqui nos Jardins, uma senhora prefeita que morava aqui, tinha um puxadinho desses em casa. E foi denunciado. E evidentemente, ela teve que desmanchar seu puxadinho. Então acho que falta fiscalização. Seria muito importante a gente ter o mapeamento de onde passam os rios subterrâneos, porque nós não sabemos exatamente onde eles passam. E precisamos ter isto mapeado, porque questão ambiental não é só o que a



gente enxerga. Lá embaixo também. Então seria muito importante o mapeamento desses rios subterrâneos. Porque cada um dos cidadãos pode ser um fiscal do seu vizinho, para poder fiscalizar o meio ambiente. Outra questão é essa: a perfuração do lençol freático, que no bairro Cerqueira César, nós temos 18 pontos, nascentes que um deles, ainda filmei ontem na Rua Augusta, é deste tamanho. E não vai para a Sabesp não, porque a Sabesp não quer. Não está pagando para ela, o uso da tubulação. Ele corre rua abaixo. A Augusta têm vários pontos que ela soterra, por causa do solapamento da via, em razão destas águas correndo diuturnamente. Há vários prédios, puxam com uma bomba, armazenam em um piscinão, que cada um tem o seu piscinão, e depende do tamanho da sua piscina, a cada 8 ou 10 minutos, ele joga essa água nas ruas. Nós já fomos ao Ministério Público em 2006, em nome da SAMORC e já há um levantamento destes pontos. Mas eu gostaria de, hoje, com essa questão da água, com esse peso da gestão da água, com a falta da água, que a Secretaria do Verde tomasse conta deste assunto. E eu me proponho a ajudar, buscando, desde o começo, que a gente já teve esses problemas, conversar com os síndicos e ver como aproveitar essa água. Como buscar políticas públicas para essa água. Porque não adianta chorar. E onde eu vou. No estado choram, no município, em todos os cantos. Está todo mundo chorando por isso. Falta gestão disto. Então eu me proponho a ajudar. Buscar o promotor com quem conversei. E a gente tentar buscar um caminho aqui. E buscando uma lei para isto, política pública para isto, nós podemos terminar esta ideia no Brasil afora. Já solicitamos a pauta, mas eu gostaria de uma Comissão para isso. Depois há outra questão que liga também aos rios subterrâneos. Recentemente, eu descobri que um rio desce a Rua Augusta, passa por dentro do Parque Augusta, e ele deságua na Frei Caneca. Quem quiser ir lá, tem o barulho de uma cachoeira fantástica. E ele deságua ali, para poder pegar o córrego Saracura lá embaixo. Não está mapeado em lugar nenhum, isto. Ninguém sabe o que é isto. E nós estamos levantando com geólogos, com documentos muito antigos. Passa um rio na Rua Augusta. Então o mapeamento disto é de grande valia para todos. E sem falar na arborização da cidade, que nós, na região dos Jardins, já começamos faz dez anos. A replantar todas as alamedas, em um projeto chamado Alamedas Verdes. Então obrigada. E esse mapeamento é importante, engenheiro Hassan. Agradeço a sua informação, que foi brilhante para nós. Obrigada.

Coordenadora Geral Claudete V. de Carvalho: Conselheiro Ivo.

Cons. Ivo: Bom dia a todos e a todas. Ivo, Associação de Moradores do Parque Savoy City. Olha, eu fui instigado pela fala da Conselheira Marta. E a Conselheira Célia acabou de me contemplar com um pouquinho do que eu ia dizer, mas eu vou falar. Há 40 anos atrás, no Jardim Ipanema, Jardim Marida, tínhamos um córrego. Esse córrego eram minas que alimentavam esse córrego. Aconteceu uma coisa. Acabou o córrego, foi construída uma escola onde era o córrego. Foi canalizada essa rede das minas. E há



10 anos, conversando com o diretor da escola, do estado, estava dizendo: por que a gente não pega essa água para reaproveitá-la para lavar a escola, para usar na descarga de banheiro, enfim, e afins. Nós temos na região, quatro escolas colocadas juntas. Eu acho que está faltando gente que pense e faça. Porque fazer política é fácil. Agora, trabalhar é difícil. E tem tanta coisa clara que dá para fazer para mitigar um pouquinho essas questões. Que se você consegue tirar o gasto da escola, que se você consegue tirar o gasto da escola, do consumo da escola, diminuir... é um ganho danado para a água potável para servir a população. A mesma coisa falei com a gestora do CEU Aricanduva. Uma ideia que o Secretário deu outro dia, que ela é muito legal. Tem a piscina. A piscina pode ser um coletor de água de chuva, que pode jogar para um tanque, para exatamente esse processo. É que isso vai gastar. Fazer uma nova rede para atender a demanda interna. Mas em contrapartida, bomba e tal. Mas em contrapartida, vai mitigar muito a questão da água. Eu coloco isso como proposta de trabalho, como a Célia acabou de me contemplar com a Marta. Pode levar esses projetos lá para discussão? E de resto, obrigado.

Coordenadora Geral Claudete V. de Carvalho: Conselheiro Nelson, três minutos.

Cons. Nelson: Bom dia a todos. Eu queria mais dar um depoimento. Nelson, da Secretaria Municipal de Saúde. E dizer, a princípio, que o CGE, o Hassan, enfim, é concretamente, potencialmente, um grande parceiro da Secretaria Municipal de Saúde, em função de que ao dar sinais de alerta para situações emergenciais, está protegendo vidas. E eu também participo como titular da Secretaria Municipal da Saúde, no Comitê do Clima e Ecoeconomia. Também é Secretariado, e organizado, coordenado pela Secretaria do Verde, doutor Wanderley e equipe. E lá, a gente tem debatido várias questões que aqui vem despertando interesse. Então gostaria, inclusive, de sugerir uma interlocução com as propostas que estão sendo discutidas, as pautas que estão sendo discutidas lá, no Comitê do Clima e Ecoeconomia, porque lá é onde a gente discute as propostas para minimizar os impactos e prevenir, até ações preventivas em relação a essas alterações climatológicas e meteorológicas que estão sendo colocadas aqui. A gente já está vendo isso acontecer na cidade. Já existe um Plano Diretor Estratégico que já têm uma série de avanços em relação a isso. E a gente está vendo as propostas do prefeito Haddad já na rua. A questão da ciclovia, dos corredores, de mudança de matriz energética, de arborização na cidade, enfim, destamponamento de rios. Têm uma série de questões que estão sendo pensadas, mas tudo isso tem um custo inicial. Um custo inicial muito alto, que até isso entrar na economia, e ser compatível com o tipo de orçamento que o município tem, leva um tempo. Mas à parte disso, sobre o tema que a gente está debatendo aqui, quando o CGE liga o motor lá, como o Hassan disse, a gente tem uma engrenagem funcionando para dentro da Saúde. Eu gostaria de falar sobre isso. Que nas questões... Embora não tenha havido vitimização, a gente tem uma parte que é o SAMU, que vai cuidar disso junto com a Defesa Civil e outros órgãos. Mas tem toda uma



preocupação que essas ações, com operação Chuvas de Verão, são articuladas na saúde, na vigilância e saúde. Preocupações sanitárias, epidemiológicas e ambientais. Então a gente tem uma preocupação com a qualidade da água, com as doenças de transmissão hídrica, e o impacto disso em relação às inundações, e no que afeta a comunidade. Então têm preocupações desde a saúde mental das pessoas, essas famílias, elas também têm bichos, e quando precisam fazer seus deslocamentos, envolve uma complexidade humana muito grande. Além disso, a gente tem mapeado junto, no mapeamento, nesse grupo todo articulado ali, que o CGE apresentou os lugares de risco. Portanto as Unidades Básicas de Saúde, elas têm Planos de Contingência para mobilização social, e para o apoio, no caso da necessidade de abrigo. Então tem todo esse componente envolvido aí, que eu gostaria de estar explicitando aqui a vocês.

Coordenadora Geral Claudete V. de Carvalho: A última inscrita, Conselheira Maria Cristina, da OAB de São Paulo.

Cons. Maria Cristina: Quero parabeniza-lo pela exposição e a todos que agregaram aqui, com as indagações. O Secretário Adjunto Ricardo, que tão prontamente identificou essa questão da multa. Até eu quero fazer uma colocação sobre essa questão da multa. Tem uma ação civil pública, que é um grupo de advogados com uma entidade e o Ministério Público sobre a inconstitucionalidade da multa. Depois, eu passo até informações sobre isso. Quer dizer, a liminar foi cassada. Por isso foi aplicada a multa, mas já está em instância superior. Faço parte também do Conselho da FIESP, e a discussão foi a questão da energia elétrica. E a minha indagação é sobre a questão dos impactos do Plano Diretor com relação à estiagem, com relação ao aterramento. Porque as redes de energia aérea ao fato de que o Brasil tem grande incidência de mortalidade humana por conta dos raios, é decorrente, exatamente, aos fios aéreos. E isso é outra previsão que nós temos que verificar. Hoje eu vi uma entrevista do prefeito, falando sobre a questão, também, do dano na energia elétrica por conta dessa rede ser aérea. A questão também, sobre a impermeabilização, e as áreas de risco, no que tange aos impactos do Plano Diretor. E outra colocação que eu faço, até que me espanta, são os piscinões. Eu não sou engenheira. Mãe de um engenheiro formado, e outro que está cursando ainda. Eu poderia reutilizar essa água dos piscinões? Outra questão também, eu vejo dois representantes da Secretaria da Saúde, essa forma doméstica, irregular, que os municípios, pobre município que tem que ter a seus baldes, panelas, e algumas situações que a mídia explora, está sofrendo exatamente com essa falta de gestão do recurso hídrico, digo, não só no nosso estado, como do país, que está sofrendo com isso, o que me preocupa, aqui da Secretaria de Saúde, é a questão da dengue. A proliferação da dengue, posso estar equivocada. Mas eu acho que muito tem a ver com essa questão irregular de armazenamento de água. E a questão também, da... nós falamos da estiagem, mas outro problema sério que eu presenciei ontem nas indagações e exposição lá na FIESP, é que irá afetar a



indústria, comércio, e obviamente, o emprego. Escolas, porque eu sou docente também. E com relação à questão da informação, que é importantíssima, eu já coloco a OAB, que eu estou presidindo a Comissão de Direitos da Educação e Formação da Ordem. Então a informação é importante. Sem a informação, não há educação. E sem educação, educação do contexto do cidadão brasileiro, há necessidade da informação. Deixo à disposição o site da OAB. Haja vista, são 350 mil inscritos na ordem. Muito advogado. E lá também, a sociedade civil têm acesso às informações para divulgar, não só o seu trabalho, mas já disponibilizo a toda a Secretaria, obviamente a do Verde, que também represento, faço parte da Comissão da OAB de sustentabilidade e meio ambiente. Mas disponibilizo essa Comissão para um link de informação. Inclusive, até sobre essa ação, eu posso até divulgar a todos, tem uma ação pública, que é a questão da relação de consumo sobre essa incidência da multa do consumo de água. Bom, tem outras questões aqui, mas diante do adiantado da hora, obrigada.

Cons. Eduardo : Eu peço desculpas, porque eu estou com laringite. Eu queria responder à Conselheira que a cidade está planejada e foi planejada. Nós tivemos recentemente, a aprovação do PDE que está prevendo o que a cidade deverá fazer nos próximos (incompreensível) anos. Existe um Plano de Metas do governo, 123 metas, das quais, dentre tantas, uma delas é da drenagem. O problema da drenagem... só contestando um pouco a posição do (incompreensível) que a iniciativa privada consegue fazer uma ação rápida, imediata, é bem diferente do poder público por N razões, e não é só por burocracia. Vamos pegar o exemplo... Bem, já houve intervenção na Água Preta, Sumaré que a gente citou, já houve Ponte Baixa, está tendo no Cordeiro, mas eu vou citar o caso dos Zavuvus. A drenagem dos Zavuvus prevê mais de 2 mil reassentamentos. São mais de 2 mil famílias que têm que ser tiradas da beira do córrego e colocadas em residências. Então não basta chegar lá e fazer buraco. Essas famílias têm que ter onde morar, também. Esse governo conseguiu, junto ao governo federal, recursos do PAC, para obras de mobilidade e drenagem, e moradia. Só que no PAC não prevê custo de terrenos de desapropriação. Esse recurso tem que ser... O pagamento tem que ser feito com recursos públicos. Para o terreno, e (incompreensível) de Minha Casa, Minha Vida, para as residências. Então essa luta igual, ela difere do poder da iniciativa privada porque têm interesse comercial, (incompreensível) normalmente. Não têm uma residência sequer. E é fácil chegar lá com recursos de investidores, e levantar o prédio em dois, três anos. É muito difícil para o poder público.

Coordenadora Geral Claudete V. de Carvalho: Hassan.

Hassan Mohamad Barakat: Eduardo, realmente, você tem toda razão. E às vezes, a gente não leva em consideração os outros entraves que envolvem em uma obra pública, por exemplo. Você citou muito bem essa questão do reassentamento, do deslocamento de, às vezes, desapropriação que têm que ser feitas. E a coisa não é muito simples. Porque quando a prefeitura entra com desapropriação, sempre o Ministério



Público ou alguém se sente lesado. Vai na justiça, trava o processo. Enfim, realmente, eu preciso pedir desculpas, porque... por essa informação, porque a gente acaba olhando a obra em si, e não olha todo o seu contexto. Bom, a Cristina, ela levantou alguns problemas, e não são todos que eu tenho a resposta para te dar. Naturalmente, a prefeitura de São Paulo, ela se preocupa sim, com uma série de questões. E eu participo de algumas delas. Principalmente aquelas que envolvem a questão de chuva, propriamente dito, ou que impacta a chuva. E a gente tem discutido isso no ambiente das subprefeituras, das Secretarias de Infraestrutura Urbana, também na Defesa Civil. Quer dizer, a gente tem trabalhado essa questão, tem discutido, para que a gente possa orientar, ou passar algumas sugestões para que o poder público possa caminhar, no sentido de manter as informações organizadas, e o trabalho, também, de intervenção, de uma forma organizada. Tanto que as informações do CGE, hoje, nós temos um banco de dados lá, desde 1995, com relação à chuva, em cada subprefeitura da cidade de São Paulo. E isso aí está balizando as obras da prefeitura. Hoje não se faz mais uma obra sem conhecer o regime pluviométrico daquela região. Não dá para eu canalizar um córrego sem saber quanto chove ali. Simplesmente eu vou lá, canalizo. Não é assim que funciona. Então existe um planejamento. Com relação à Célia, ela fala sobre a ocupação dos córregos, sobre a questão dos rios subterrâneos na cidade de São Paulo. Nós temos um levantamento já, que foi feito pelo engenheiro Adilson, hoje ele não trabalha mais na prefeitura. Ele foi embora para Portugal. Mas ele deixou um material muito bom na prefeitura, que é a identificação de 281 rios e córregos na cidade de São Paulo, com seus afluentes, inclusive. Naturalmente, a gente não conhece tudo, porque tem muita coisa canalizada. Às vezes você está andando aí por... Agora, que ela acabou de citar, a Rua Augusta, ninguém vai imaginar que tem um córrego ali embaixo. Eu, particularmente, eu não conhecia. Vou investigar, inclusive, essa informação. Então a gente tem assim, muita informação lá, referente a esses córregos, tanto os canalizados quanto àqueles que correm a céu aberto. E hoje, a ideia de se canalizar córrego não é mais fechado. Sempre canalizar ele aberto. Independente, às vezes... Porque às vezes, o próprio munícipe acha ruim, fala assim: não, mas vamos canalizar, porque dá mau cheiro, alguma coisa assim. O problema maior é depois, gente. É como que eu vou limpar isso aí. Então a ideia é sempre se canalizar ele de forma aberta. Naturalmente também essa questão do reuso da água, levantada aqui pelo Ivo, para a gente poder usar essas águas, tanto da captação de chuva, ou mesmo essas águas subterrâneas, do lençol freático que às vezes aflora um pouco mais alto para descarga de banheiro, lavar pátio de escola, enfim... para esses usos que não sejam potável, é louvável. Eu acho que a gente precisa de nos organizarmos para poder já, trabalhar nesse sentido, até porque, a gente só foi dar conta de que a gente precisa fazer isso com o problema hídrico que está acontecendo agora. Senão ninguém estava ligando. Ou seja, estava continuando lavando o carro com água potável. Interessante, isso. Somos



privilegiados com relação a isso. Eu queria agradecer também ao Nelson pelas palavras da Secretaria Municipal de Saúde. Nós desenvolvemos um trabalho também, no período de seca para a Secretaria Municipal de Saúde, que é o alerta quando a umidade relativa do ar está baixa, para que eles possam se organizar, em qual região da cidade de São Paulo, teve a incidência de doenças respiratórias por conta da baixa umidade. Incide, por exemplo, em uma determinada região da cidade de São Paulo. Então a gente tem esse trabalho desenvolvido com eles, principalmente no período de inverno. A Maria Cristina, também, obrigado por se colocar à disposição. Em divulgar as informações. A questão da queda de árvore na cidade de São Paulo, a gente sabe que isso é um problema que não é só São Paulo que tem esse tipo de problema, mas qualquer outra cidade aí, que tem o nível de impermeabilização do solo que nós temos. Até porque a gente tem que levar em consideração, gente, primeiro, que São Paulo é tão urbanizado na questão de prédios, nós temos muitos prédios. E quando você tem o vento medido de 50 km na superfície, quando ele desce entre os prédios, ele é canalizado e ele ganha um potencial mais alto ainda, para se derrubar uma árvore. E quando está chovendo, o sobrepeso da água ajuda essa árvore a tombar. Além dos problemas pertinentes, que daí, não me cabe falar sobre essa questão. Então a gente sabe que quanto mais prédios, também a gente tem, não só a questão da impermeabilização, por causa do alagamento, mas também é prejudicial à árvore, porque derruba a árvore. Que o vento canalizado, ele aumenta o seu potencial para isso. Na cidade de São Paulo já foi comprovado em estudos do INPI, a gente ainda não tem assim, a comprovação e qual a razão, que o estado de São Paulo é um campeão em descargas elétricas. Tudo que é raio cai aqui. Não é na cidade de São Paulo, não. É no estado de São Paulo. Haja vista que as mortes que ocorrem mais é no interior do que na cidade de São Paulo, por conta disso. Por quê? Porque aquela pessoa que está em campo aberto, ela é mais suscetível a receber uma descarga elétrica do que esse que está em uma situação urbana. Então realmente, já é um estudo que o INPI desenvolve. Eu não sei falar muito a respeito disso. Então, sobre a questão da rede elétrica aérea e tudo o mais, eu acho que isso não influi muito. Influi sim, a questão de árvore, por exemplo, que quanto mais alta a árvore, mais condição dela chamar um raio. E se a gente estiver embaixo... A orientação, por exemplo, principalmente quem está em campo de futebol, alguma coisa, é agachar. Ficar agachado. Por quê? Porque quanto mais próximo ao solo, menor é a condição do raio te atingir. E na área urbana, não se abrigar embaixo de árvore. Essa é a orientação principal. Lógico que a dengue aumentou, por conta do armazenamento. Porque quem sofre com a questão da água: olha, chegou água na minha casa. Ela chega da meia-noite às 2 da manhã. O que você faz? Você guarda justamente aquela água, além do seu uso normal, você guarda... vou aproveitar e guardar essa água. E a dengue, ela adora água limpa. Ela só se desenvolve em água limpa. Então se não tiver esse recipiente muito bem fechado, com tela e tudo o mais, naturalmente, as pessoas se esquecem



que nós temos dengue na cidade. E ela vai aumentar por conta disso. Você acabou criando, mesmo de forma involuntária, um lugar propício para desenvolver e proliferar essa dengue. Naturalmente também, a questão do impacto comercial. Se você vai dar aula, ou se você leva teu filho em uma escola, e ele chega lá, não tem água, não tem aula. Porque não tem como você não disponibilizar os sanitários para as crianças. Então os devolve para casa. Isso impacta. Comércio impacta. Por exemplo, bares e restaurantes. A base do serviço deles é água. E aí, hoje, por coincidência, eu vi uma matéria falando que eles estão investindo... os bares e restaurantes estão investindo em copo descartável. E chegou-se à conclusão que é uma péssima ideia. Porque para se produzir um copo descartável, é preciso três litros de água. E para lavar um copo de vidro, precisa de 300 ml. Então, como que a gente faz? É uma situação, realmente, complicada e preocupante. Isso é tão interessante que nos levou a ficar pensando em soluções para enfrentar toda essa crise. Eu acho que dentro da área que eu atuo, e que a gente procura desenvolver sempre um trabalho de excelência, de qualidade dentro da prefeitura, isso não quer dizer que o CGE não erra também. Erra. Acontece. E o que é mais interessante, a região metropolitana, se eu não me engano, são 12 milhões de habitantes. E são 12 milhões de habitantes torcendo para o CGE errar. Já viu um negócio desse? Não é um contra-senso? E toda vez que a gente erra o pessoal, tem gente lá do Pirajuçara que bate palmas. Fala: obrigado, vocês erraram, tal. Mas infelizmente, dentro dos 95% a gente costuma acertar. Eu deixo o site do CGE. Lá têm os nossos telefones, tanto para visita quanto para a gente poder tirar mais dúvidas, se assim for necessário.

Coordenadora Geral Claudete V. de Carvalho: Obrigada, Hassan. Passo a palavra ao nosso Secretário Adjunto, Ricardo Brandão.

Secretário Adjunto Ricardo Brandão: Hassan, uma vez mais, agradeço a sua presença, a sua exposição, as colocações aqui, muito boas, enriqueceram bastante o debate. Reforçando o que foi falado acho que pela Conselheira Célia, se não me engano, sobre a questão da Augusta. Sou morador ali da área. Realmente têm vários imóveis que fazem isso. O próprio Hassan colocou isso também, na região da Paulista. Que eu não sabia que eles faziam isso justamente após forte chuva, para disfarçar. Agradeço a colocação também do Eduardo, sobre as obras do PAC. Sobre a questão de reassentamento. Representando a OAB também, Maria Cristina. Eu acho muito importante isso. Nós estamos vivendo uma situação muito ruim. O próprio Secretário Wanderley já esteve no Ministério do Meio Ambiente em Brasília, duas vezes, esse ano, para iniciar os planos de contingência a serem implementados na região da cidade de São Paulo, nas 32 subprefeituras. Não avançamos muito ainda, porque há algumas resistências que têm que ser quebradas, que têm que ser vencidas. Mas nós esperamos que esse plano de contingência, com algumas medidas que deverão ser anunciadas em breve possam minimizar o sofrimento nosso. Nós



estamos falando... Como bem colocou aqui a Conselheira Fátima sobre a questão. Todos nós somos impactados pela questão da falta d'água. Aí não é questão de ter dinheiro ou não, de morar na área B, do bairro A ou B. E eu acho que a OAB, eu quero ressaltar o papel importante nessa questão da multa. Me fez um paralelo aqui, quando foi falar também sobre a fiação. A parte elétrica. Do que nós sofremos em 99, 2000, do apagão elétrico. Eu lembro que naquela época, uma parte da imprensa, como o Hassan coloca, colocou muito a culpa na falta d'água. Não foi questão de água naquela época. Foi questão de transmissão, falta de linha de transmissão. Existiam muitos reservatórios, muitas hidrelétricas com plena capacidade de fornecer energia para a região Sul, Sudeste. E isso não foi feito. Tanto é que o estado do Rio Grande do Sul, à época, ficou fora do apagão. A então Secretária de Estado de Energia do estado do Rio Grande do Sul era a Presidente Dilma. Ela tirou o estado do Rio Grande do Sul fora, com medidas concretas. E o estado do Rio Grande do Sul, os moradores não foram penalizados. Nós pagamos multa naquela época também. Nossa conta subiu, e nós tivemos que fazer opção. Ou a geladeira ou o freezer, ou o ar-condicionado ou a TV do quarto das crianças, e etc. E aquilo foi decorrência, Conselheira Maria Cristina, da falta de investimento a partir de 94. É importante pontuar isso. Eu ressalto aqui a minha formação de engenheiro civil, prestava serviço naquela época para empresas de água, de energia, de infraestrutura. Nós alertávamos que a falta de investimento a partir da implantação do plano Real em fevereiro de 94, iria ocasionar problemas sérios para o Brasil. A FIESP também apontava isso. A ABDIB apontava isso. Várias associações empresariais. A partir de 94. Foi estourar em 99, 2000. A supervalorização do real fez com que investimentos fossem tolhidos. Um exemplo clássico na minha área, a Usina Hidroelétrica de Tucuruí, que não avançou durante os 8 anos daquela gestão, e só foi retomada pelo governo Lula, a partir de 2003. Era uma obra ainda do governo militar. A gestão compartilhada que foi também, colocada pela Conselheira Fátima, que já existe, eu sou testemunha do CGE, e as ações que dependem da nossa Secretaria, a questão de árvores, por exemplo, já foi criado um grupo de trabalho. Estamos envolvendo a Eletropaulo, que se dispôs a participar da celebração de um convênio. Existem podas que são feitas de forma, eu não vou dizer aleatória, seria um termo muito forte. Mas de formas não planejadas, não programadas, não tecnicamente aceitáveis. Porque uma poda que se faz em uma cidade de São Paulo, não é a mesma poda que se faz... E a poda que eu falo na cidade de São Paulo, tem a poda das árvores do viário, em calçadas, esse ano, e a poda em árvores de praças e parques. São podas diferenciadas. Depende muito da espécie da árvore, da idade da árvore, e do estado da árvore. E isso já está sendo desenvolvido pelo prefeito Fernando Haddad desde janeiro. Só para você me lembrar, de 29 de dezembro, se eu não me engano, que foi quantos km/h? 93km/h de vento, que foi um vento atípico. Esta canalização que ocorre nos prédios, na região dos Jardins, que é muito suscetível a isso, muito urbanizado do ponto de vista vertical. Isso já está



sendo examinado, e aí eu poderia até sugerir que isso fosse pauta de uma próxima reunião nossa, para esclarecer exatamente o que está sendo feito. A Secretaria de Subprefeituras está participando assim, de uma forma, que é a responsável por essas árvores. Está aqui o representante Lucas, da Secretaria de Subprefeituras. A Secretaria de Governo também está sendo presente. E quem está à frente disso é a vice-prefeita Nádia Campeão. Eu acho que para a próxima reunião nós já podemos trazer alguns dados muito interessantes sobre a questão da arborização urbana. Eu estou vendo alguns com uns exemplares aí, nós fizemos essa edição, do manual de arborização urbana, e deverá sair agora, em março, o manual de poda. Vai ser uma nova edição, incorporando alguns avanços técnicos que foram desenvolvidos nos últimos anos. Se eu não me engano, vai ser a terceira edição do manual de poda, que vai sair no próximo mês. Muito obrigado a todos.

Coordenadora Geral Claudete V. de Carvalho: Obrigada, Ricardo. Para os Conselheiros que chegaram depois, nós fizemos no início da reunião, uma inversão de pauta. Então, o primeiro ponto do nosso expediente, que era discussão e votação da ata a 164ª Reunião Plenária não foi feita. Então, nós vamos fazer agora. Então, voltamos para esse primeiro item de expediente, que seria a discussão e votação da Ata da 164ª Reunião Plenária Ordinária do CADES. Alguma observação, alguma correção dos Conselheiros? Coloco em votação. Os Conselheiros que aprovam a ata permaneçam como estão. **A Ata da 164ª Reunião Plenária Ordinária do CADES está aprovada por unanimidade.** Outro ponto que não foi discutido, sempre por um problema de quórum foi o quarto ponto. A indicação de membro Titular e Suplente, como representante do Conselho Municipal de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável do Fundo Municipal de Saneamento Ambiental e Infraestrutura. Nós temos aqui a Conselheira Marta Amélia, que é a representante da ABES São Paulo - Associação Brasileira de Engenharia Sanitária Ambiental aqui no CADES. Ela é a atual membro titular desse Fundo. Ela vai fazer agora, uma breve explanação sobre o Conselho Gestor. Marta, por favor.

Cons. Marta Amélia: Marta Amélia, ABES Engenharia. O FMSAI a forma que ele é tratado, ele é um fundo que ele cuida, através das Secretarias... O Presidente desse fundo é o Secretário de Habitação atual, Floriano. Ele se reúne três vezes no ano. E esse dinheiro que chega, ele vem de 7,5% do faturamento da Sabesp, através do contrato da Sabesp com a prefeitura de São Paulo. Eu confesso que, nesse momento, a gente começa a entender... Porque é um fundo novo, é um Conselho novo. Aconteceu a 6ª reunião. Duas quando foi criado, no final do prefeito Kassab. E agora, quatro com o prefeito Haddad. Têm coisas interessantes, e tem uma legalidade que é só entrar no FMSAI para poder entender. Existe destino desses 7,5%. Um dos destinos foi até interessante ele comentar, que é reurbanização de favela, destinado ao PREVIN, é destinado a obras viárias e drenagem. Porém, eles estão atendendo, com esse dinheiro que



entra às metas de governo. E também às situações mais emergentes. As reuniões apresentam as planilhas. Os valores apropriados aos empreendimentos. E é colocado em votação. Nesse Conselho, tem o Conselho participante da Habitação, Movimento, tem a ABES e tem a Saúde. O resto, todos são Secretários. Então, para ser sincero, a gente, como Conselheiro, dá alguns pitacos ou faz alguma menção do que é aquilo, para entender melhor. Eu já solicitei em outras ocasiões, para o CADES enviar ofício, solicitando apresentação do que é esse fundo. O Secretário Floriano colocou-se à vontade para poder vir fazer uma apresentação do Fundo, e como que ele está andando, e como está andando o investimento desse dinheiro, vindo do contrato da Sabesp com a prefeitura de São Paulo. Tem outra cláusula que sempre achei interessante, que passou-se a acompanhar o consumo e a inadimplência dos órgãos públicos ligados à prefeitura de São Paulo. Coisas que a gente não tinha ideia, porque também não tinha o controle. Por exemplo, eu sei que a Secretaria do Verde é uma das Secretarias que praticamente está com a casa organizada. Foi um compromisso na época do Secretário. E ele caiu no consumo e caiu no pagamento. Quanto mais esses órgãos repassam, e coloca-se a inadimplência zerada, mais dinheiro vem para a prefeitura de São Paulo. Ontem eu fui consultada sobre se eu desejaria ser reassentada ou dar continuidade. Para mim, se não houver nenhum outro, ou se quiserem indicar outro titular, lembrando que o titular e o suplente, eles são convocados para participar de todas as reuniões. E eu coloco à disposição. Demonstro interesse em continuar, até mesmo porque eu estou começando a entender o Fundo, por ele ser tão novo, e dar uns pitacos igual eu dei sobre drenagem. Como eu trabalho na área de gestão da participação comunitária, e conhecendo os quatro cantos da cidade de São Paulo, e saneamento sendo o foco principal, também políticas públicas. Mas na parte de números, legalidades... claro, a gente não vai aprovar, porque a gente tem uma responsabilidade civil da onde está indo esse dinheiro público. Então sempre eu peço uma justificativa de percentual que está sendo pago por isso, isso e isso, para eu poder verificar a legalidade desse dinheiro. Mas em resumo, é isso aí.

Coordenadora Geral Claudete V. de Carvalho: Obrigada. Bom, como CADES, nós podemos indicar então, o titular e o suplente. A Conselheira Marta Amélia gostaria de continuar como titular. Algum outro Conselheiro gostaria de participar, de se candidatar? Não? Então eu coloco em votação a indicação da Conselheira Marta Amélia, como membro titular, representando o CADES - **Conselho Municipal do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, no Fundo Municipal de Saneamento Ambiental e Infraestrutura. Os Conselheiros que aprovam essa indicação permaneçam como estão. Então a Conselheira Marta Amélia foi indicada como membro titular, representando o CADES, no Fundo Municipal de Saneamento Ambiental e Infraestrutura, por unanimidade.** Nós temos também a candidatura para suplente. Algum Conselheiro gostaria de se candidatar? Conselheira Fátima Cristina e



Conselheiro Ângelo. Colocamos em votação. Então, os Conselheiros que apóiam a Conselheira Fátima Cristina da UGT, como membro suplente do Conselho Municipal de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, no Fundo Municipal de Saneamento Ambiental e Infraestrutura, levantem a mão, porque nós vamos ter que contar os votos. Os Conselheiros que apoiam a candidatura da Conselheira...

Cons. Azzoni: Questão de ordem. Será que os dois não poderiam conversar e um deixar (incompreensível) para o outro?

Coordenadora Geral Claudete V. de Carvalho: É que eu acho que tem uma indicação oficial do suplente, não é Marta Amélia? Nós temos que indicar um nome de uma pessoa. Porque a Marta Amélia é titular e, ela estava até esclarecendo que os suplentes, eles têm que comparecer às reuniões. São poucas reuniões. São duas ou três por ano. Mas eles têm que estar com a titular. Não é uma questão só de substituir o titular. Eles têm que estar presentes nessas reuniões. Então vamos colocar em votação. Os Conselheiros que são favoráveis à candidatura da Conselheira Fátima Cristina da UGP, levantem a mão, então. Nenhum voto. Os Conselheiros que são favoráveis à indicação do Conselheiro Ângelo, como suplente da Conselheira Marta Amélia levantem a mão, por favor. Com 13 votos, o **Conselheiro Ângelo foi eleito suplente da Conselheira Marta Amélia, representante do CADES no Fundo Municipal de Saneamento Ambiental e Infraestrutura.** Outra questão, eu vou dar três minutos para a Conselheira Olga, porque nós, claramente, já passamos desse ponto de sugestão para inclusão de pauta nesta reunião. Mas a Conselheira Olga pediu a palavra. Por favor, Conselheira.

Cons. Olga: É o seguinte: já na última reunião, eu pedi a colocação de pauta, e foi muito interessante, porque naquela ocasião, o Secretário já estava falando no assunto da questão das árvores que caíram dessa coisa toda, e agora o Secretário Ricardo fala dessa ação que está sendo desenvolvida, que já está em andamento inclusive, a Secretaria das Subprefeituras envolvida. E um grande interesse da nossa vice-prefeita. Mas é o seguinte: eu gostaria de destacar uma questão dentro desta ação, que seria talvez a formulação de um programa com pessoas envolvidas, com escopo claro, inclusive com recursos, para uma coisa que foi muito inspirada no próprio manual da urbanização, que eu estou denominando conservação e/ou procedimentos para o manejo das árvores urbanas. Por quê? Na cidade, a gente, além de ter uma grande área urbanizada, portanto, com muitas árvores, com idades e tipologias muito diferentes entre si, a gente tem um problema muito grande: ele é grandão. Ele é um problema que eu não sei se o governo e as subprefeituras conseguem desenvolver sozinhos, e ter, de certa forma, resultados e agilidade nisso. Então a minha proposta, com base, inclusive, no decreto, tem decreto desde a prefeita Marta. Teve outro decreto também do nosso antigo Secretário, e agora, em 2010, o Decreto 52.072, que trata da questão da cooperação, envolvendo iniciativa privada. Para isso, precisa ter um programa muito claro. Esse decreto



trata de todas as questões institucionais e jurídicas envolvidas com o programa desta ordem. Mas é isso. Eu gostaria que o CADES se envolvesse, e eu fico à disposição também, para colaborar com isso.

Coordenadora Geral Claudete V. de Carvalho: Ok. Obrigada, Conselheira. Como informe, porque já foi discutido nas reuniões passadas. Na sexta-feira, nós teremos a reunião do CONFEMA, aonde teremos uma apresentação da arquiteta Hélia do DEPLAN. Ela vai falar sobre a gestão das áreas verdes públicas e privadas. Sexta agora, no mesmo horário, 9h00, lá na Secretaria. Então essa vai ser a apresentação do DEPLAN, da arquiteta Hélia. E na pauta do CADES, convidaremos um representante de SMDU, para falar sobre a revisão da lei de zoneamento de uso e ocupação do solo.

Cons. Olga: Está ótimo. Muito obrigada.

Coordenadora Geral Claudete V. de Carvalho: Temos um problema de tempo. Então passamos diretamente ao nosso segundo ponto de pauta da ordem do dia, que é a exposição sobre o Plano Municipal de Conservação e Recuperação da Mata Atlântica, pela senhora Alice Maria Calado Melges, da Divisão Técnica da Unidade de Conservação e Proteção da Biodiversidade e Herbário. Alice, por favor.

Cons. Ângelo: Por questão de ordem. Desculpa Claudete. Eu mandei um e-mail endereçado à Julie com cópia para você. Não sei se vocês receberam, confirmando a minha presença na reunião. E solicitando que fosse incluído na pauta de hoje a questão do projeto corredor Aricanduva no qual também, eu estava solicitando a presença do senhor Cláudio, do DECONT. A questão é a seguinte: eu sou Conselheiro também do Conselho da APA do Carmo. E por acaso, através do Conselho, nós ficamos sabendo que o projeto aprovado pela Câmara Técnica a respeito do projeto corredor Aricanduva está sendo modificado. E nós, da Câmara, não tivemos nenhuma notícia. É uma mudança significativa, que nós aprovamos. Que o embarque e desembarque dos coletivos pelo lado direito, e o novo projeto é pelo lado esquerdo. Então seria em cima do rio. Em cima do rio por quê? O percurso do Aricanduva, quem conhece, não temos espaço para fazer parada de ônibus. E não esquecer que, a gente não está se incomodando de fato, apesar de que, como munícipe, a gente se preocupa pela cidade toda, mas não se esquecer que da Avenida do Parque do Carmo até a Avenida Ragueb Chohfi está dentro da área de proteção ambiental do Carmo. E lá foi realizado um parque linear, inclusive, eu vou deixar com o Ricardo, o secretário não está aí, que desde 2011 nós estamos aguardando a manifestação aqui da Secretaria do Verde, hoje eu fiquei sabendo através do TID, que este TID está parado há 725 dias com engenheiro da SIURB, sem dar a resposta de melhorar as condições da ciclovia e de pista de caminhada. Então eu acho que nós, como eu participei junto com o José Carlos, que era o coordenador, o presidente da Câmara, não (incompreensível) para nós é um pouco uma



falta de consideração. E por outro lado, eu quero agradecer aos companheiros que me apoiaram na questão do conselho, e prometo, junto com a Marta, fazer o melhor possível. Obrigado.

Coordenadora Geral Claudete V. de Carvalho: A respeito, o nosso Diretor e Conselheiro Julio Cezar de DECONT, ele tem um informe. Mas não foi possível incluir, porque a pauta dessa reunião já estava fechada. Julio.

Cons. Julio Cezar: Bom, quanto a essa questão do corredor Aricanduva, nós temos a informar que o empreendedor, que é a SP Obras, ele apresentou uma nova proposta, mas isso não foi licenciado, ainda. Isso está... Bom, então, como eu estava dizendo, o empreendedor, ele apresentou uma nova proposta que está sendo analisada dentro do corpo técnico. Tanto que terá uma reunião junto ao Conselho Gestor do Parque nos próximos dias, acho que começo de março. Em 5/3 vai ter a apresentação disso. Mas não está licenciado. Isso está em discussão. E no momento oportuno, se tiver a necessidade de mostrar essa alteração para os Conselheiros, eu acredito que tenha. Precisamos ver no regimento se o Conselho, ele se manifesta mais que uma vez nisso, aí nós vamos passar novamente pela Câmara Técnica, e aí nós vamos fazer essa mesma explanação que fizemos lá para o Conselho Gestor, vamos fazer para a Câmara Técnica. Mas isso ainda, tudo está em discussão. Por conta disso que a gente ainda não passou esse ponto específico para o Conselho da Câmara Técnica.

Cons. Ângelo: Olha, pela ordem...

Coordenadora Geral Claudete V. de Carvalho: Não. Não podemos abrir discussão. Podemos pautar para uma próxima reunião. Colocamos como ponto de pauta. Conselheiro Ivo, colocamos como ponto de pauta para a próxima reunião. Alice, por favor.

Alice Maria Caiado Melges: Bom dia a todos. Eu sou Alice. Sou bióloga. Trabalho na Secretaria do Verde, na Divisão de Unidades de Conservação e Proteção da Biodiversidade e Hebário. Eu vou aqui apresentar para vocês, hoje, agradeço aqui o espaço na pauta, para a gente falar desse documento. Eu acho que ele tem tudo a ver com a pauta, com a apresentação aqui, do engenheiro Hassan. Ele apresentou aqui um pouquinho dos planos de emergência para algumas situações aqui, de criticidade do município com relação às enchentes, e a gente vai fazer aqui uma abordagem que procura entrar um pouquinho na raiz do problema. Então a gente vai falar de um plano que a prefeitura está elaborando que é o Plano Municipal da Mata Atlântica. Ele vai tratar da recuperação e da conservação dos fragmentos de vegetação que a gente ainda tem no município. Então aqui, o objetivo geral do plano: qual que é a ideia desse documento? A gente tem no município de São Paulo, duas realidades muito diferentes. A gente tem aqui, na região Central, vamos mostrar a figura um pouquinho mais à frente, mas o Hassan mostrou uma figura da malha



urbana. A gente tem uma região aqui, a malha urbana bastante adensada, bastante impermeabilizada, com alguns fragmentos, alguns remanescentes de vegetação ainda incrustadas nessa malha urbana. Isso gera toda uma situação de aquecimento, de ilhas de calor, que ocasiona toda essa situação que foi muito bem colocada aqui. Então, para essa malha urbana, e para essa região ainda, com poucos fragmentos, o que a gente precisa fazer? Qual a ideia desse plano? É pensar quais são os poucos fragmentos que ainda remanescem nessa região que precisam ser conservados. E os fragmentos que a gente precisa recuperar. Áreas que precisam ser recuperadas. E aí, principalmente, aquelas já bem conhecidas. As áreas de preservação permanente, as matas ciliares, as encostas, os topos de morro, as encostas, então para a malha urbana, a gente vai ter esse tipo de abordagem. E a gente tem outra situação no município, que eu não sei se algumas pessoas conhecem bem, mas principalmente no extremo sul, extremo norte, extremo leste, a gente ainda tem uma condição de vegetação e remanescentes de vegetação bastante significativos. Então, a ideia é a gente ter outra abordagem para essa região. Pensar na conservação desses grandes remanescentes, muitos deles compondo unidades de conservação, compondo parques estaduais, os nossos parques naturais municipais, muitos deles dentro de áreas privadas, então é um documento que visa trazer uma solução para o momento delicado que a gente vem vivendo. Ele tem uma estratégia de enfrentamento aí, que vai à raiz do problema, que busca o quê? Conservar a vegetação, para que a gente continue aí, mantendo a situação de abastecimento do município, e eu acho que isso foi muito bem colocado. Porque muitas vezes, a mídia faz uma abordagem errada dos mananciais. Parece que a gente fica muito na dependência da chuva que cai exatamente em cima do manancial. Na verdade, a gente está falando aqui, de uma situação que a gente tem que olhar para essa bacia. A gente tem que ter um olhar de bacia. Como é que está a vegetação dessa bacia? A água que vai parar na represa, ela vem dos tributários. Ela vem dos corpos d'água, ela vem dos rios que vão fluir para esta represa. E a água que vai parar do rio, ela está percolando por essa área de drenagem de toda a bacia. Se a gente tiver uma boa vegetação ali, a gente consegue ter permeabilidade, percolação de água, essa água vai para o corpo d'água, e essa água vai para o meu manancial. Então a gente vai tratar um pouquinho disso aqui. E a ideia desse documento qual é? A gente teve... O objetivo dele, como eu falei, é promover o aumento da cobertura vegetal de mata atlântica no município, contribuindo para o fortalecimento da gestão ambiental participativa, e efetivação da lei da mata atlântica. Por que esse plano? Plano Municipal de Conservação e Recuperação da Mata Atlântica? Aqui é um pouquinho das fotos aqui, dessa diversidade de paisagens que hoje compõem o município. Então, se por um lado, a gente tem uma malha bastante adensada, e bastante urbanizada, com ilhas de vegetação, a gente também tem uma vegetação em fragmentos muito significativos no município, e que são pouco conhecidos. São pouco conhecidos pela população. A exemplo dessas figuras aqui, da parte superior. Então



a gente tem aqui, a Cachoeira Capivari, é a descida aqui, do nosso rio Capivari que verte aqui, sentido litoral. É o único rio ainda, do município de São Paulo, que é considerado limpo. E aqui na esquerda, a gente também tem uma foto da zona sul do município, mostrando essa paisagem aí, que é composta aí pela Billings ao fundo, fragmentos de vegetação, áreas agrícolas produtivas, então a gente, na verdade, para a gente falar de conservação, a gente tem que adotar uma estratégia bastante complexa. E que dê conta de pensar em abordagem para essas diferentes paisagens que compõem o município. Só por uma questão... Alguém pode falar qual o meu tempo para apresentação?

Secretário Executivo Rubens Borges: A reunião é prevista para terminar ao meio-dia. São 11h30, e a gente vai precisar de um tempinho para algum questionamento.

Alice Maria Caiado Melgis: Então por que fazer esse plano? Na verdade, a gente tem esse plano. Ele está ancorado, principalmente, em duas legislações. A gente teve aqui, em 2006, a Lei da Mata Atlântica, que foi publicada. Ela fala um pouco das normativas, e de toda uma regulamentação para proteção desse bioma, que é um bioma superdiverso, extremamente ameaçado. E ela traz como estratégia, como ferramenta de conservação, a confecção, a elaboração de um documento que é o Plano Municipal da Mata Atlântica, que agora a gente começa aqui, no município, a elaborar. A gente tem uma regulamentação dessa lei. Eu não vou entrar aqui no mérito, por conta do tempo. E agora, com a aprovação do Plano Diretor Estratégico, recém-aprovado, o plano também trouxe como estratégia, a elaboração desse documento, pensando na qualidade ambiental do município de São Paulo. Então é por isso que a gente está aqui hoje. Por isso que o município agora, feita a aprovação do plano diretor, ele começa a implantar esse documento, e todos os planos que estão ali previstos e esse é um deles. Plano de trabalho. Então qual que é a estratégia do município para fazer esse documento? Aí tem um pessoal aqui... Eu estou vendo... A gente tem uma comissão especial do CADES, que foi criada para acompanhar esse trabalho. Têm alguns membros que estão aqui, que já viram essa apresentação. Como é que a prefeitura está fazendo? Ela criou... É um trabalho que não é só da Secretaria do Verde. É um trabalho que é da prefeitura. E está sendo executado por um Grupo de Trabalho intersecretarial, entre a Secretaria do Verde, Secretaria de Coordenação das Subprefeituras, o Lucas é aqui o representante, e Secretaria de Desenvolvimento Urbano, a Olga está aqui representando. Então esse é o grupo que elabora. Esse grupo executor. E qual que é a prerrogativa? A gente tem um grupo que elabora o documento. Esse grupo executivo. Há o momento dos trabalhos que prevê a abertura desse documento para a população, para que a população possa contribuir, possa contribuir com o diagnóstico das áreas, o que tem conservado o que tem para recuperar, que estratégias a gente pode usar. Então a gente vai ter um momento, mais à frente, eu vou explicar... Deixa eu entrar aqui na cronologia, que fica mais fácil. Quais são as etapas aqui, de elaboração? Então a gente



tem esse grupo de trabalho que elabora esse documento. Uma coisa é importante falar: a gente conta com o apoio técnica da SOS Mata Atlântica. A SOS Mata Atlântica tem um programa oficial de elaboração dos planos municipais daqui da mata atlântica. A SOS, juntamente com o Ministério do Meio Ambiente, elaborou um roteiro de como se elaborar esse tipo de documento. Com todo o caminho das pedras. Cada etapa, o que precisa ser feito para que a gente tenha o documento aprovado, então eles são parceiros nesse processo. E outros membros da sociedade civil também são. Tanto dentro da Comissão Especial do CADES, criada para acompanhar aí, passo a passo cada coisa que a gente está fazendo, e através das oficinas públicas que a gente vai executar. E eu vou mostrar um pouquinho como é que essas coisas se conversam. Aqui, a gente tem a apresentação das etapas de elaboração desse documento. A primeira etapa é o quê? Mobilização dos agentes, para que a gente possa elaborar. Essa etapa a gente já cumpriu. Etapa 2 é a elaboração do plano propriamente dito. Então o que a gente vai fazer? Elabora-se um diagnóstico mostrando qual é a situação do município com relação à sua vegetação, o que tem o que não tem, as áreas para recuperação, áreas prioritárias para recuperação, os planos que existem, o que existe de política pública, que conversa com esse objetivo aqui, de conservação do bioma mata atlântica. Feita essa parte de diagnóstico, o que a gente faz? A gente abre para a população. Aí a gente inicia um trabalho de consulta pública. Para que a gente possa refinar esse documento. Que é o momento que a gente vai começar a entrar agora. Então a gente abre o trabalho, com todas as áreas ali, que a gente conseguiu identificar por diversos trabalhos que são tidos como prioridade hoje, no município, para conservação, para recuperação. A gente abre isso para as pessoas, para que as pessoas possam dar suas contribuições. E já contribui tanto para as áreas prioritárias de atuação, quanto para confecção do plano de ação. Então a gente tem esse momento de elaboração do diagnóstico, com esse preceito participativo. Feito isso, a gente tem o momento de definição de visão do futuro. Então a gente caracteriza a situação do município e aí, a gente faz uma avaliação. Para onde queremos ir? Qual é o cenário ideal que a gente vislumbra para o município de São Paulo? A gente faz isso a partir de uma oficina desse grupo de trabalho, definindo o que se pretende para o município, e aí, a partir do momento que você define qual é o cenário futuro, a gente começa a definir o plano de ação para poder chegar nesse cenário que a gente está vislumbrando. Então o diagnóstico, o plano, ele abarca tudo isso. Depois que a gente tiver esse documento em mãos, com diagnóstico, áreas prioritárias, a visão de futuro definida, o plano de ação. Tudo isso feito de forma participativa, com vários momentos de consulta, eu vou falar mais à frente quais são eles, eu acho que o objetivo principal aqui, eu não vou me ater tanto à discussão técnica desse documento, mas sim, às etapas participativas para que esse Conselho possa ter ciência e participar desse processo. Feito isso, a gente retorna aqui para o Conselho, aprova o documento aqui com vocês, e aí passa para a etapa de implantação



propriamente dita que aí a gente vai ter lá, ações de curto, médio e longo prazo. Não dá para a gente determinar qual é esse prazo de implantação. Aqui nosso plano de trabalho, com as etapas. Aqui as etapas que a gente cumpriu. Então hoje, a gente está nesse momento. A gente começou dentro desse grupo de trabalho intersecretarial, montar esse diagnóstico, e a gente começa a vislumbrar, agora, as oficinas públicas. Aqui também, essa matriz da organização do processo. O que a gente prevê aqui? A gente está nessa etapa aqui, superior. Pensando nas consultas, nos próximos momentos que a gente vai ter agora. A gente vai abrir esse documento, principalmente os mapas de áreas prioritárias para a população para que as pessoas possam fazer as suas contribuições gerando, definindo, indicando áreas prioritárias para conservar, para recuperar, e estratégias de como fazer. Depois que a gente tiver esse material em mãos, a gente quer fazer uma oficina técnica, envolvendo uma série de órgãos e outras divisões e departamentos que não estão compondo esse Grupo de Trabalho, mas que têm expertise, e trabalha com o assunto, e que, com certeza, têm muito a contribuir. Então a gente vai marcar uma oficina só com técnicos. Então a ideia é envolver o pessoal de DECONT, que a princípio, não está compondo esse grupo de planejamento, de DPAA, que é a Divisão de Planejamento e Avaliação Ambiental, o pessoal dos viveiros, o herbário já está participando, cadê a Simone? O Herbário já está participando desse grupo técnico. Então é envolver diversos técnicos, pessoal da Secretaria do Meio Ambiente, de algumas ONGs que hoje trabalham com recuperação ambiental, para dar a sua contribuição técnica, e fazer uma avaliação também das questões que apareceram durante a oficina. Então é com esse cenário que a gente está trabalhando. E aí, feito isso, a gente elabora o plano de ação com a definição de estratégias e áreas prioritárias. As etapas cumpridas. Aqui o nosso plano de trabalho. A ideia é que a gente tenha esse documento aí. Estamos trabalhando para isso. Para maio, junho, a gente já ter esse documento finalizado. Para que ele também, ao longo do processo, a ideia é a gente também fornecer subsídios para a própria revisão da lei de parcelamento, uso e ocupação do solo. As duas coisas, a gente está articulando. Principalmente com a SMDU, para que os trabalhos caminhem juntos, e esse trabalho possa fornecer subsídios para esse processo de revisão da lei de parcelamento. Aqui as etapas de trabalho. Com cada momento. O que a gente faz na oficina, que a gente abre para a comissão, que a gente abre para vocês, então esse diagnóstico, ele está em fase de elaboração. A gente está tendo a contribuição, da Secretaria do Verde, nós de DEPAVE-8, a Divisão de Unidades de Conservação, pessoal do Departamento de Planejamento, eu estou vendo ali o pessoal, está aqui hoje. Estão participando. O pessoal do Herbário. Da Fauna. SMDU. O pessoal da Defesa Civil também participa. A gente entrou em contato com o Ronaldo Madeiras. Acho que esse é o nome dele. Ele indicou o Rodrigo Néri. Fez aqui também, todo um preâmbulo aqui, sobre as áreas de risco do município. E os planos de emergência. Que hoje, o município adota para poder fazer enfrentamento com relação a essas questões.



Essa é a cara desse diagnóstico que é só uma parte aí, do documento. Eu vou passar e vou explicar um pouquinho qual que é a cara dele. Então a gente tem o primeiro módulo, que ele faz toda uma caracterização do município. Meio físico, biótico, caracterização fundiária, qual a estrutura fundiária do município, as áreas que são especialmente protegidas, tanto pela lei florestal, reserva legal e APP, quantas terras indígenas, unidades de conservação, traz um informativo sobre as áreas verdes, sobre os parques urbanos e as praças, fala um pouquinho, traz bastante essa questão das áreas verdes, que hoje estão dentro das propriedades particulares. Então cada membro desse GT escreve um capítulo. E é muito interessante que a todo momento aparece essa questão de que assim, a gente tem um percentual muito significativo de vegetação, que está dentro das áreas privadas. O poder público não tem como desapropriar todas as áreas que são interessantes para conservação. Primeiro, porque não tem capacidade. Isso é um ônus gigantesco para a gestão pública. E pela questão social, também. Então como é que você trabalha? Que tipo de parceria você pode fazer com esse setor privado, com as pessoas que ali moram, que têm uma vegetação importante dentro da sua propriedade, para que ela seja parceira na conservação. O documento traz isso muito forte. Dessa vegetação que está em áreas privadas. A necessidade de a gente ter incentivos e políticas que criem parceria para a conservação dessas áreas, e isso está bem nesse capítulo de áreas verdes. Áreas de risco, contribuição de Defesa Civil. Faz uma caracterização socioeconômica. Depois a gente entra em uma avaliação mais da questão da gestão pública. Hoje, quais são os planos e programas que incidem no município, que conversam com esse objetivo, de conservar e recuperar? Isso independentemente da esfera, programas municipais, estaduais e federais. A gente apresenta, hoje, e os documentos que falam sobre áreas importantes à conservação. Então a gente já apresenta as áreas hoje, que são indicadas como prioridades. E fechando esse capítulo, a gente resgata, em tudo o que foi tratado anteriormente, como vetor de tudo o que foi dito, o que constitui uma ameaça, na verdade, a esse objetivo aqui, de conservação do bioma. Então a gente faz um apanhado aí, de todas as... a gente pesca, no documento todo, todas as ameaças, e os vetores de desmatamento e degradação que foram citados. A gente compila tudo nesse finalzinho. E por fim, finalizando o diagnóstico, a gente fala da gestão ambiental do município de São Paulo. Então mostra o quadro, a divisão organizacional da Secretaria do Verde, fala uma parte desse capítulo que aborda a gestão participativa da questão ambiental do município, do CADES, dos Conselhos, dos Conselhos Regionais, Participativos, Conselhos dos Parques, Conselhos das Unidades de Conservação. Então tudo isso aborda aqui. Os mapeamentos que estão sendo usados são esses daqui. Então Atlas da SOS Mata Atlântica, dados da Implaza, dos Planos de Manejo das Unidades, mapeamento dos recursos hídricos dos mananciais, de áreas de risco, as áreas públicas hoje, o mapeamento das áreas verdes, e as áreas identificadas como prioritárias. Aqui a gente dá um apanhado dos planos e programas



que estão incidindo, que a gente cita aí nessa diagnose da política pública que incide no município, que conversa com o objetivo. Então a gente fala desses grandes planos e políticas de ordenamento territorial, dos planos de políticas setoriais, e dos programas. Esses grandes planos de ordenamento, logicamente PDE e a Lei de Parcelamento Uso e Ocupação do Solo. Na verdade, esses dois documentos, eles funcionam aqui no PMMA – Plano Municipal da Mata Atlântica, esses dois planos são a nossa espinha dorsal aqui do documento. Todos os outros planos e políticas, as quais a gente se refere, a gente sempre ancora nesses dois documentos, que vão tratar do ordenamento do planejamento da ocupação do município. Então esses são os nossos documentos-mães aqui, do PMMA. A gente cita também, como política setorial, o plano da bacia hidrográfica do Alto Tietê, o Plano Municipal de Saneamento Básico, de redução de risco, de educação ambiental, e por aí vai. Plano de manejo das unidades de conservação. Os programas aqui, todos os programas que a gente levantou. A gente cita também uma série de trabalhos que foram produzidos, que visaram a diagnose do município. Então a gente referencia esses outros trabalhos, até para que a gente também não perca esse histórico de tudo que já foi falado, de tudo que já foi pensado, de tudo que já foi feito. São esses daqui. Depois vocês dão uma olhadinha na apresentação. Eu não vou me ater a cada um. A gente, no capítulo de vetores de desmatamento, aqui, as principais ameaças, que a gente aborda um pouquinho no documento. Elas estão descritas aqui. Crescimento urbano, especulação imobiliária, as grandes obras de infraestrutura. Então a gente está falando tanto dos vetores de desmatamento das atividades formais do município e os vetores de degradação das atividades informais, que é a caça irregular, o extrativismo irregular, exposição irregular de resíduos sólidos, e por aí vão. Gestão ambiental, já falei um pouquinho do que compõe esse capítulo. A gente finaliza esse capítulo mostrando um quadro legal. Uma listagem enorme de toda a legislação que conversa com esse objetivo e que incide no município, nas diferentes esferas. Essa aqui é a etapa final, que a gente não chegou ainda, da análise do diagnóstico, quando a gente faz uma análise mesmo, crítica, dos pontos fracos, dos pontos fortes do que a gente tem hoje, no município. E das ameaças e oportunidades que a gente vislumbra, pensando em uma análise mais conjuntural. Oficinas públicas, pensando nessa etapa, agora, participativa, de construção do nosso documento. Então agora, no finalzinho do mês de março, início de abril, a gente inicia essa etapa em que a gente vai para a população fazer as oficinas, e mostrar alguns documentos, para que a gente obtenha contribuição. Essa primeira etapa da questão participativa, sem falar na questão do acompanhamento do CADES. Só das oficinas públicas, mesmo. Uma segunda etapa, que é essa oficina técnica com as pessoas que atuam na área. E aí, é fazer uma grande oficina. Não só de dentro da Secretaria do Verde, mas envolvendo diversos órgãos. E uma terceira etapa que a gente está vislumbrando é fazer uma Conferência da Mata Atlântica do Município de São Paulo. Seria no mês de junho, para que a gente possa apresentar o



documento que foi produzido. E aí, tendo tanto o pessoal que participou das oficinas públicas, da sociedade civil como um todo, quanto a equipe técnica que também contribuiu nesse segundo momento aqui, da parte participativa. O que a gente está prevendo? Quando a gente sentou para planejar as oficinas, a gente veio com um plano megalomaniaco de fazer uma infinidade de oficinas, em todas as regiões do município de São Paulo, porque a gente precisa garantir ampla participação... e aí a gente começou a pensar. Qual o tamanho da equipe, disponibilidade das pessoas, a gente começou a consultar os locais, a alimentação, verba, e a gente começou a falar: acho que a gente está sonhando muito alto. Vamos fazer um planejamento um pouco mais pé no chão. E a gente chegou nisso. Em quatro encontros. É um encontro por região do município de São Paulo. Um encontro para tratar da zona norte, zona leste, zona oeste, zona sul. E aí, o que a gente pensou? Bom, já que a gente está tratando de um encontro só, o que a gente faz? A gente olhou ali o mapa, bom, zona sul. Quais são hoje, as subprefeituras que compõem a zona sul. Quais são os distritos que compõem a zona sul. E a gente pensou em agrupamentos de distritos. Então como é que a gente vai fazer? Digamos que hoje seja a oficina aqui da zona sul. Está todo mundo lá reunido. A gente, com base nesses agrupamentos do território, a gente vai fazer uma grande abertura ali no auditório. E depois a gente divide o público em grupos. Com base nesses agrupamentos. Então a zona sul, por exemplo, vão ser seis grupos. São seis distritos que se agrupam, por proximidade. A gente divide o público em salas de apoio, com mapas de apoio, e a gente vai trabalhar a participação de cada um assim. Então foi uma forma da gente... São quatro reuniões regionais. Mas cada reunião, na verdade, ela se desdobra aí, em pelo menos seis ou sete reuniões, e oficinas, e grupos de trabalho para a gente ter reuniões mais produtivas. Então qual é o objetivo dessa reunião? A gente vai levar uns mapas de todo o levantamento que a gente fez, de áreas prioritárias para conservação e recuperação. E a gente vai colher contribuições da população. Em que sentido? Os grandes fragmentos de vegetação são bem conhecidos. A maioria deles estão protegidos em unidades de conservação, em parques. A nossa questão aqui, principalmente, são os pequenos fragmentos. Porque a gente está trabalhando aqui com uma escala de mapa que é 1 para 10.000. Então tem uma série de fragmentos, embora seja uma escala muito boa, que é a escala da Implaza, a gente tem uma série de fragmentos que acabam não aparecendo nesse mapeamento. Então a ideia é que nessa oficina a população também possa contribuir, chamando a atenção para algumas áreas de mata que são relevantes. São relevantes do ponto de vista da conservação, são relevantes do ponto de vista do uso para a comunidade, da importância que ela tem, então tem uma análise subjetiva também. Às vezes você tem um fragmento que, do ponto de vista da biodiversidade não é tão relevante, mas que para aquela comunidade é o único. É um dos poucos que tem ali, localmente, ele é muito relevante. Alguns que, localmente, têm uma importância de uso, que precisa ser considerada nesse documento. A gente, a



princípio, pensou em fazer as oficinas na UNINOVE. A gente tem um Conselheiro, que é o Alexandre Aguiar, que compõe a Comissão Especial do CADES. Ele é professor da UNINOVE. Ele disponibilizou o espaço, e a UNINOVE hoje, ela está presente em todas as regiões do município. Então ele disponibilizou o espaço para que a gente pudesse fazer as oficinas. E então, um grande parceiro nosso. Até agradecer aqui o Alexandre. E o SESC seria um parceiro também. Estrutura necessária: o que a gente precisa quando a gente vislumbra o local dessas oficinas. Um grande auditório para a gente fazer a abertura. E salas de apoio para que a gente possa trabalhar em pequenos grupos. A ideia é fazer as oficinas começando às 9h00 da manhã, terminando por volta aí de 1, 2 horas da tarde. E a gente pensou em dia inteiro, mas a gente falou: não vamos conseguir o dia inteiro. Vai ficar muito cansativo. Então vamos correr com os trabalhos até a hora do almoço. A gente dá uma estendidinha, e garante um brunch legal para que a gente possa manter as pessoas ali trabalhando em uma situação confortável. E aí, eu já começo a antecipar aqui, uma das nossas questões aqui, que estão nos afligindo. O Rubens sabe bem. Se a gente fizesse as oficinas no SESC, então a princípio, na zona sul, o SESC Santo Amaro, na zona leste, o SESC Itaquera. A gente levou uma proposta de metodologia aqui, de locais, de agrupamentos de distrito para reunião, para a Comissão Especial do CADES, e o pessoal deu várias sugestões. A gente reagrupou os distritos. A gente reviu os lugares. Aí chegamos nessa definição. Então zona sul, SESC Santo Amaro. Zona leste, SESC Itaquera. Na zona norte, a gente faria na UNINOVE Barra Funda. Norte e um pedacinho da oeste. E um pedaço... Depois eu vou mostrar a divisão do território. Vai ficar mais fácil. A gente faria também um outro ponto de apoio. Seria a UNINOVE Vergueiro. E aí, o que acontece é que assim... As oficinas que a gente vai fazer no SESC, o SESC garante a alimentação. Nas oficinas que a gente faria na UNINOVE, a gente precisaria de um brunch. E internamente, na Secretaria do Verde, a gente está com um pouco de dificuldade com relação aos prazos. Então a gente conseguiria acessar uma ata da saúde. Parece que a ata da saúde tem uma... Na Saúde existe uma ata que a gente poderia acessar para pegar o brunch. Mas aí, até a gente adotar aí, fazer todas as tratativas para acessar essa ata. Primeiro, verificar com a Secretaria da Saúde, se teria essa disponibilidade. Se sim, abrir o processo para dar andamento com todas as tratativas, enfim, a gente ia conseguir fazer essas oficinas no segundo semestre, só, do ano. Então a gente está revendo as parcerias com a UNINOVE, e a ideia é que a gente faça todas as oficinas no SESC. Isso é novidade para vocês que estavam na última reunião. Porque no SESC a gente vai conseguir alimentação, e a gente não está vislumbrando outra maneira de ter alimentação, senão essa parceria com o SESC. Então a princípio, a gente fica com o SESC Santo Amaro, SESC Itaquera, SESC Vergueiro-Consolação para a região central. A gente tem que ver. E SESC Santana. Tudo isso ainda a definir. Aqui os locais. Isso aqui a gente ainda está definindo. Então esses aqui são os agrupamentos que a gente fez pensando nas regiões do município,



pensando nas oficinas. Então essa aqui vai ser uma oficina regional que vai tratar da parte aí, norte e oeste do município. Então esse pedaço do município, a gente vai tratar em uma região. Em uma oficina pública. E os Grupos de Trabalho seriam 1, 2, 3, 4, 5 grupos de trabalho reunindo, fazendo esse agrupamento de distritos. Local ainda a definir. Outro dia de oficina a gente abordaria essa porção no território, com a divisão em 1, 2, 3, 4, 5, 6 grupos de trabalho. Com esse agrupamento de distritos aqui, por proximidade. Local ainda a definir, porque a princípio seria na UNINOVE Vergueiro. Agora a gente tem que ver um SESC ali, que a gente possa fazer. Zona leste, um agrupamento que foi fechado na reunião de Comissão de acompanhamento do CADES. Então essa porção leste aqui, a gente vai fazer... Isso está definido no SESC Itaquera. A gente vai ter, essa semana, a Juliana vai a uma reunião para definir a data. E com esse agrupamento aqui, de distritos. 1, 2, 3, 4, 5 grupos de discussão ali, no dia. E por fim, a nossa porção sul do território. Essa grande porção sul, em outro dia de oficina. Será no SESC Santo Amaro. E dividindo o território em 1, 2, 3, 4, 5 porções. Então essa foi a proposta que foi fechada pelo Grupo de Trabalho e pela comissão do CADES de acompanhamento. Aí a nossa estratégia aqui no dia. Já falei. Ter essa grande abertura, exposição, construção desse mapa falado. Então como é que a gente está pensando na metodologia da oficina? Você vai lá participar da oficina, você tem um mapão ali. Como é que vai fazer? Olha, aqui tem o mapeamento dos fragmentos hoje, que compõem áreas públicas, e os mapeamentos que hoje não compõe nenhuma área pública. Se você quiser fazer um apontamento para algum daqueles fragmentos, a gente tem uma etiquetinha com um número. Eu vou lá, prego no fragmento número 1. Aí eu pego uma ficha, número 1. Essa ficha, ela vai fazer uma série de perguntas. Então a gente vai ter um facilitador aí, por cada mesa. Então a pessoa, ela vai responder perguntas. Por que ela está apontando aquele fragmento como importante para esse trabalho como área prioritária. Então pode ser um apontamento de um fragmento para conservação, ou de uma área para recuperação. E ela vai responder algumas perguntas que vão levar a gente a entender qual é a importância daquela área, do ponto de vista da biodiversidade, então, qual é o estado da vegetação... são perguntas que não são muito técnicas para que as pessoas possam dar a sua contribuição, que dizem respeito ao estado de conservação da área, a vegetação que hoje incide ali, se a gente tem algum corpo d'água ou não, se tem mata ciliar ou não. Então para entender se tem avistamento de alguma espécie da fauna, se sim, se não. E depois a gente passa para um módulo de perguntas que vão nos permitir inferir o grau de ameaça que aquela área hoje, sofre. Então essa área, hoje, qual é o uso que essa área, hoje, tem. É uma área que ela tem despejo regular de lixo, de resíduo da construção civil? Ela já queimou frequentemente? Uma área que tem queimada constante? Tem algum uso irregular? Então a gente vai fazendo uma série de perguntas, e depois, nos bastidores, a gente vai tabular isso, a partir de uma pontuação para que a gente consiga inferir o grau de



importância e o grau de ameaça. Então a gente vai ter ali, uns "hot spots" no município. E essas áreas depois vão ser revisadas por essa reunião técnica que a gente vai fazer. Aqui é o modelo da ficha. Os critérios que a gente vai usar para identificar como prioritárias. Então se é uma área que tem remanescente de vegetação, se é vegetação nativa, se a vegetação está conservada, se é uma área de beleza cênica, se tem valor comunitário ou é uma área que está em uma área ali de abastecimento, de manancial, ela pode atuar como corredor ecológico, é uma APP. Tem potencial para extrativismo, tem potencial para o turismo sustentável. E a gente vai inferir também, nessas perguntas, a correlação que essas áreas têm, com algumas áreas produtivas. Se ela está vinculada ao exercício da agricultura ou não. Então tudo isso vai entrar na nossa análise das perguntas, e vinculada a uma tabulação aí, uma análise quantitativa. Aqui é o horário. Então a gente pretende fazer uma reunião das 9h00 às 2h00 da tarde, sem grandes pausas para o almoço, nada disso, tendo esse brunch como suporte. Aqui, um pouco dos mapas que a gente está usando. Então essa foto é interessante. A gente consegue ver a malha, a mancha urbana aqui, da Grande São Paulo, bem adensada. E os fragmentos que ainda existem aqui no município. Alguns encravados na malha urbana, outros aqui, na área de mananciais aqui da zona sul, pensando nessa estratégia diferenciada dos fragmentos de área urbana, que têm uma importância local muito grande, e dos fragmentos de áreas ali, com adensamento de vegetação maior. As nossas represas, as unidades de conservação aqui mapeadas. Esses mapas a gente vai usar para as oficinas. O mapeamento da vegetação. Esse aqui é o mapeamento só do Atlas da SOS Mata Atlântica. A gente está combinando isso aqui com outros mapeamentos mais refinados. Porque essa escala aqui é muito grosseira. Ela não dá conta de pegar pequenos fragmentos. E é isso. Isso aqui são as próximas oficinas, que eu acho que no momento oportuno a gente volta a falar. O que é importante de tudo isso? Por que a gente pediu um espaço nesse Conselho? Porque a gente vai precisar... a ideia de fazer as oficinas é garantir participação pública. Tanto para poder ter esse momento de coleta de informação, quanto para que a população possa se apropriar desse documento. Se apropriar de como ele está sendo produzido, se apropriar da importância. E ter um instrumento de cobrança ali, do poder público, com relação à implementação das diretrizes que vão estar contidas aqui. Então é importante que agora, a gente definir local e tiver uma definição exata, da data e local das oficinas, a gente parte para um teti-a-teti aí, com algumas pessoas estratégicas que vão poder multiplicar essa informação. Então a gente está contando muito com o pessoal do PAVS. Então o PAVS é um grande parceiro nosso, na região. Eles têm uma capacidade de capilaridade no território, fantástica. E de multiplicação da informação. Então eles vão ser um desses pontos focais, de estratégia mesmo, para garantir participação pública. Pessoal de DEPAVE 5, a gente conversou um pouco com alguns coordenadores. Acho que são 4 coordenadores que abraçam os parques urbanos? Deles também



facilitarem essa comunicação com os administradores dos parques, e por sua vez, com os Conselhos dos parques urbanos, para que a gente consiga, também, ter essa capilaridade no território. O CADES aqui... por isso a minha explanação aqui hoje. Ter vocês aqui. Principalmente os membros da sociedade civil, facilitando também esse processo de comunicação no território, para que a gente consiga chegar lá na ponta e garantir participação. Os conselhos das unidades de conservação já foram acionados também. A gente, essa semana, vai fazer uma série de conversas com a Secretaria de Meio Ambiente do estado, e daí é uma pena a gente não ter aqui, hoje, a representação aqui. Seria o momento também de já pedir uma força. Mas a gente tem uma reunião agora, com a Fundação Florestal para abordar os Conselhos das Unidades de Conservação estaduais, e pedir auxílio na divulgação dentro desses fóruns, dentro desses Conselhos. A gente tem uma reunião também, com a Secretaria de Estado junto à Coordenadoria de Fiscalização Ambiental da SMA. Tanto para costurar a participação dos técnicos nessa oficina técnica que a gente vai fazer, mas também para contar com a contribuição deles nessa parte do diagnóstico que trata das ameaças, que trata das ocorrências. Então ver que tipo de tipologias de ocorrências, hoje, a gente tem registradas. Elas estão especializadas. Esse é um pedido que a gente vai fazer para o DECONT, viu, Júlio. Ver o que vocês têm, hoje, de mapeamento de tipologias de ocorrências que possam impactar aqui, o objetivo do nosso trabalho. Ver o que a gente pode abordar no diagnóstico. Porque tudo que a gente aborda no diagnóstico, a gente, depois, faz uma análise do que existe de lacuna, de ponto fraco, já pensando em diretrizes para esse plano de ação. Então o plano de ação, ele vai pensar em estratégias. De a gente ter parcerias com a iniciativa privada, os projetos de pagamentos por serviços ambientais que a gente precisa fazer rodar, o plano de desenvolvimento rural sustentável. A ideia é que esse documento seja um grande plano guarda-chuva e que possa dar diretrizes para uma série de outros planos que precisam e serão elaborados. Então o próprio plano diretor, ele traz a necessidade de elaboração de uma série de planos. E a gente falou: poxa vida, a gente vai ficar aqui, fazendo diagnóstico, o mesmo diagnóstico em cada um dos planos? Não. Vamos ter um plano-mãe. Que é esse PMMA, e a partir desse, a gente ter desdobramento de outros documentos, para a gente tentar minimamente evitar algumas redundâncias que a gente teria. Então esse documento, a ideia é que ele fale dos mapeamentos que a gente precisa fazer. Hoje, a gente começou a levantar os dados aqui, para compor o diagnóstico. Poxa, qual a situação das nossas APPs? As APPs hídricas? A gente tem esse mapeamento? Poxa, não temos. É o momento de fazer agora, para o documento. Mas é um apontamento que vai lá, para o plano de ação. Fazer o mapeamento, um diagnóstico da situação da área de preservação permanente do município de São Paulo. A Célia falou que poxa, a gente precisa mapear os nossos rios subterrâneos. Então tudo isso é subsídio para o nosso



plano de ação. Então a ideia é coletar esse tipo de informação. E aí aqui, eu deixo os meus contatos. Eu finalizo a minha apresentação. E abro para contribuições. Para dúvidas, perguntas, contribuições.

Secretário Executivo Rubens Borges: Obrigado, Alice. Queria agradecer a Alice e a toda a equipe da Divisão de Unidade de Conservação. E antes de passar para as perguntas, só dar um esclarecimento. Eu assumi a coordenação da mesa agora, porque a Claudete se desculpou, mas ela teve que sair por um problema pessoal. Ela teve um acidente na família dela, e a gente espera que não seja nada grave. Então só para dar uma satisfação para os Conselheiros. E abro para os questionamentos para a apresentação da Alice. O senhor Ângelo pediu a palavra. Então já está inscrito. Mais algum Conselheiro gostaria de algum comentário ou pergunta? Então, senhor Ângelo, pode perguntar.

Cons. Ângelo: Ângelo, Fórum para o Desenvolvimento da Zona Leste. Leste 3. Eu assisti essa apresentação quando nós, Conselheiros, fomos convidados, ou que fazem parte do processo como convidado lá na Secretaria. E fico muito contente porque a entidade no qual sou presidente, a Sociedade Ambientalista Leste, que esse mês de março completa 22 anos de existência, começou por causa de um... a mobilização da sociedade civil, para terminar com o aterro sanitário existente na APA do... Hoje, a APA do Carmo, que até então, era uma porção de área verde, que não tinha destinação. E com essa luta, nós conseguimos a criação da... a APA do Carmo, que hoje têm todos os equipamentos, SESC Parque do Carmo, e o Parque Natural do Carmo. E essas áreas eram áreas da COHAB. Talvez, se não houvesse a interferência naquela ocasião, hoje (incompreensível) ambiental, talvez toda aquela... ou grande porção daquela área onde houve a APA do Carmo seria utilizada para moradias. Uma coisa a respeito, que inclusive eu, (incompreensível) comentamos, tanto aqui na reunião passada, e quando nós fomos na entrega do manual de arborização urbana, a questão das podas. Eu, por enquanto, não sou técnico na área. Voltei a estudar para a gestão ambiental. Espero que logo, logo, possa estar discutindo com os parceiros. (incompreensível) a lei que determina, que consolida a questão da poda, é uma lei antiga que está defasada, pela (incompreensível). Inclusive, fiquei meio preocupado quando o Ricardo anunciou que está sendo elaborado o manual de podas. (incompreensível) da subprefeitura de São Mateus, o engenheiro Jaime há tempos vem discutindo isso com a gente, com outros engenheiros das subprefeituras em torno, da dificuldade com essa lei atual das podas, que eles têm para trabalhar. Eles acham que deve ser (incompreensível), mas a lei não permite. Então teria que ser revista. Então agradecer a Alice, a Juliana, pela apresentação. E fico contente que a gente teve aquela reunião, ter colaborado com algumas ideias, porque nada melhor do que quem conhece a região para saber o que é melhor para ela. E volto, novamente, a colocar à disposição, o engenheiro (incompreensível) para falar essa questão das podas em São Paulo. Obrigado, e bom dia a todos. E novamente, obrigado pela confiança que vocês me confiaram. Obrigado.



Secretário Executivo Rubens Borges: Obrigado, senhor Ângelo. Passo a palavra para o Eduardo Storopoli.

Cons. Eduardo Storopoli: Obrigado. Eduardo, representante do setor de universidades, mas eu estou na reitoria da UNINOVE, então eu quero parabenizar a apresentação, o trabalho feito pela comissão e a apresentação feita pela Alice, pela proposta do plano municipal de conservação e recuperação da Mata Atlântica. Só dizer o seguinte: que a UNINOVE continua à disposição. Se for para acontecer, como você está propondo... e o professor Alexandre, ele é do nosso programa de mestrado, mestrando de gestão ambiental e sustentabilidade. Então espero que ele esteja dando bom apoio aí. Que ele vem participando. Mas para corroborar e ajudar aí, nas audiências, pode contar. Se precisar do apoio aí do brunch, do apoio do coffee break, fica mantido aí, a nossa... se vocês precisarem, total apoio, aí. Está bem? Tanto nos campus que nós temos na zona norte, que você falou, e da zona oeste, que é lá na Barra Funda, na Vergueiro, e tem na vila Prudente também, o novo campus. Também se precisar, começou a funcionar agora, nesse ano, em 2015. Por contar com o nosso apoio, e contar tanto o apoio do auditório do anfiteatro e do coffee break também. Está bem?

Secretário Executivo Rubens Borges: Obrigado, Eduardo. Mais uma vez demonstrando a boa vontade na parceria com a Secretaria do Verde. São problemas que a gente tem. E um dos grandes problemas é a infraestrutura. Quando a gente precisa de infraestrutura, a gente tem que contar com a iniciativa privada. Então, mais uma vez, a gente agradece, vai ser uma contribuição muito grande para a realização do evento. Pergunto se tem mais algum Conselheiro que gostaria de falar. Não? Bom, então, concluída a nossa pauta... a Julie está vendo.

Cons. Ulisses: Bom dia a todas e todos. Eu sou Ulisses, técnico agrícola, gestor ambiental, biólogo. Um adendo à fala do Ângelo. Quando nós pensamos em arborização urbana, seja plantio, seja manutenção, poda, corte e transplante, acredito que a revisão da Lei 10.365, ela se faz urgente. Na Comissão Especial do PMMA conversamos sobre isso, e a Alice me disse que estão há 23 anos pensando em adequar esta lei. Na época, era uma lei... Bom, não tinha nada na época. Pela lei da cana. Se passaram 30 anos. Acredito que é necessário mudar, seja via CADES, seja via Portaria, seja via Câmara, a lei precisa ser revista. Enquanto ela não for revista, qualquer projeto de arborização urbana no município de São Paulo, terá o entrave legal. A lei hoje, ela é um entrave legal. E outra questão é referente ao lançamento do projeto Mobiliário Ecológico. Uma ótima ideia. Um lançamento maravilhoso. Infelizmente, coincidiu com a nossa reunião. Um evento tão importante que foi tão questionado, o que a prefeitura faz com as árvores cortadas ou caídas, coincidiu com a nossa reunião hoje. Eu gostaria de estar lá, o Ângelo também. Mas enfim, um projeto maravilhoso. Só tem este problema de agenda. Era isso. Obrigado.



Secretário Executivo Rubens Borges: Obrigado Ulisses. Bom, sem questionamentos, eu passo a palavra para a Alice, só para fazermos o encerramento. Depois a gente termina a reunião.

Alice Maria Caiado Melgis: Obrigada, Rubens. Primeiro de tudo eu quero muito agradecer ao Eduardo, por estar disponibilizando o espaço da UNINOVE, a questão dos brunchs, isso para a gente, como o Rubens bem colocou, é um desafio imenso. E a gente estava um pouco patinando em que tipo de estratégia a gente ia adotar para conseguir driblar essa dificuldade. Então eu saio daqui, eu quero dar uma palavrinha com você para acertarmos certinho. Mas agradeço de todo modo. Com relação à colocação do senhor Ângelo e do Ulisses, eu queria fazer um apontamento, é bem importante isso que você está trazendo. Porque hoje a gente identifica no quadro legal que a gente tem, às vezes alguma inconsistência na lei, outra, algumas lacunas, alguns pontos de melhoria. Então essa questão da lei 10.365 de 87, das outras portarias municipais que tratam da questão de manejo e das compensações hoje com relação à vegetação, há muitos anos isso se discute dentro da secretaria, dentro da prefeitura, de inconsistências, de entraves. Então essa é uma análise que, com certeza, no diagnóstico ela aparece. E é esse tipo de análise que a gente precisa, das pessoas que trabalham na área, esse tipo de apontamento, para entrar no nosso plano de ação. Então esse tipo de apontamento a gente vai guardando aqui, a gente vai listando, com certeza é uma questão que vai aparecer no nosso plano de ação. E é isso, fazer toda essa revisão da legislação que trata do manejo hoje de vegetação, para que a gente consiga superar alguns entraves e consiga ter uma legislação que se converse também. Que não traga aí inconsistência. Porque hoje só no município a gente tem uma série de portarias. Uma que fala sobre a compensação da supressão de vegetação nativa, outra quando a vegetação é exótica, então esses instrumentos precisam se conversar. Então isso já foi anotado aqui, tendo em vista o seu outro apontamento. E é isso, com relação ao que foi apontado, o que eu tinha para comentar é isso. A gente tem o manual hoje, de poda, que traz uma série de questões técnicas e uma legislação, que de alguma vai operacionalizar todo esse processo. Então são coisas um pouquinho distintas. Fica aqui o meu convite. Eu vou deixar os meus contatos. Eu trouxe aqui uns cartões, quem tiver interesse, quero manter contato com vocês, o pessoal da Secretaria da Saúde, do Programa Ambientes Verdes e Saudáveis - PAVS, DEPAVE 5, as universidades. A gente estreitar e contar com o apoio de vocês, para que a gente possa, de fato, ter adesão da população nessas oficinas. E ter apropriação da população por esse instrumento. E agradeço a vocês por terem aberto a pauta, para tratarmos desse tema que é tão importante para São Paulo. E é uma estratégia de enfrentamento, busca, na verdade, tratar da raiz do problema, de a gente ter áreas permeáveis, de a gente reduzir as nossas ilhas de calor, de a gente pensar na manutenção dos serviços ambientais para o município de São Paulo.



Secretário Executivo Rubens Borges: Ok, Alice. Obrigada pela apresentação. Agradeço a presença de todos. Damos por encerrada a nossa reunião. Obrigada, até a próxima.

Wanderley Meira do Nascimento

Secretário Municipal do Verde e do Meio Ambiente
Presidente do Conselho Municipal do Meio Ambiente e
Desenvolvimento Sustentável – CADES

Conselheiros presentes:

ALESSANDRO LUIZ OLIVEIRA AZZONI
ANA CRISTINA VALCARCEL VELLARDI
ANGELO IERVOLINO
CÉLIA MARCONDES
EDUARDO IGNÁCIO DE FARIA
EDUARDO STOROPOLI
ELIZABETH AVELINO
FÁTIMA CRISTINA FARIA PALMIERI
FRANCISCA RAMOS DE QUEIROZ
GEORGE DOI
GILCILENE ALVES DA SILVA
HUGO LUIZ MENEZES MONTENEGRO

IVO CARLOS VALENCIO
JOSÉ CARLOS ANDERSEN
JULIO CEZAR DOS REIS
LUCAS PHELIPPE DOS SANTOS
MARIA CRISTINA DE OLIVEIRA REALI ESPOSITO
MARTA AMÉLIA DE OLIVEIRA CAMPOS
NELSON FIGUEIRA JUNIOR
OLGA MARIA SOARES E GROSS
OSVALDO FIGUEIREDO MAUGERI
RITA DE CÁSSIA M. DE LIMA SIQUEIRA
SONIA APARECIDA TEIXEIRA

Conselheiros suplentes presentes:

CRISTIANE LIMA CORTEZ / ELIANA SAPUCAIA RIZZINI / ERIKA VALDMAN/ JOSÉ ULISSES BEZERRA
DE FRANÇA / MARCELLA CARMONA WAHL R. MIGLIACCI / MARCIO ESTEVES DA SILVA.

Conselheiros com justificativa de ausência:

MARCO ANTONIO CILENTO WINTHER / / MURILO REPLE PENTEADO ROCHA / NILCE MEIRE
PEREIRA PINHO

Coordenadora Geral:

Claudete V. de Carvalho

Secretária Executiva:

Julie A. Reiche